

JOYCE DAYSE DE O. SANTOS
VALÉRIA APARECIDA BARI

CURADORIA DE COLEÇÕES ESPECIAIS E OBRAS RARAS

 EDITORA
IFS

2^a	EDIÇÃO - VERSÃO
REVISADA E AMPLIADA	

**CURADORIA
DE COLEÇÕES
ESPECIAIS E
OBRAS RARAS**



Ministério da Educação
**Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia de Sergipe (IFS)**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Getúlio Marques Ferreira

Reitora do IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

JOYCE DAYSE DE O. SANTOS

VALÉRIA APARECIDA BARI

Colaboração de:

KELLY CRISTINA BARBOSA

IDA CONCEIÇÃO ANDRADE DE MELO

CURADORIA DE COLEÇÕES ESPECIAIS E OBRAS RARAS



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe Aracaju - 2024

2^a

EDIÇÃO - VERSÃO

REVISADA E AMPLIADA

Copyright© 2024 - IFS

Todos os direitos reservados para a Editora IFS. Nenhuma parte desse livro pode ser reproduzida ou transformada em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

Editora-chefe
Kelly Cristina Barbosa

Revisor
Kaio Victor dos Santos Ribeiro

Projeto Gráfico da Capa
Erik Daniel dos Santos

Diagramação
Erik Daniel dos Santos
Pedro Henrique Olliveira dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas do IFS

Santos, Joyce Dayse de Oliveira.

S237m Manual de curadoria de coleções especiais e obras raras.
[e-book]. 2. ed. (revista e ampliada). / Joyce Dayse de Oliveira
Santos, Valéria Aparecida Bari, Ida Conceição Andrade de Melo,
Kelly Cristina Barbosa. – Aracaju: EDIFS, 2024.

178 p.; il.

ISBN: 978-85-9591-252-6

1. Obra Rara. 2. Coleção Especial. 3. Curadoria. I. Bari, Valéria
Aparecida. II. Melo, Ida Conceição Andrade de III. Barbosa, Kelly
Cristina. IV. Título.

CDU 022.4:027.4

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Kelly Cristina Barbosa CRB 5/1637

[2024]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Rua Dom José Thomaz, 194 - São José, Aracaju - SE, 49015-090

TEL.: +55 (79) 3711-3146 E-mail: edifs@ifs.edu.br

Impresso no Brasil

Conselho Científico

Aline Ferreira da Silva

Ciências Sociais Aplicadas

Diego Lopes Coriolano

Engenharias

João Batista Barbosa

Ciências Agrárias

Joelson Santos Nascimento

Ciências Humanas

Juliano Silva Lima

Ciências Biológicas

Junior Leal do Prado

Multidisciplinariedades

Manoela Falcon Gallotti

Linguística, Letras e Artes

Marco Aurélio Pereira Buzinaro

Ciências Exatas e da Terra

Suplentes

Herbet Alves de Oliveira

Engenharias

José Aprígio Carneiro Neto

Multidisciplinaridade

Márcio Santos Lima

Linguística, Letras e Artes

Simone Vilela Talma

Ciências Agrárias

Tiago Cordeiro de Oliveira

Ciências Exatas e da Terra

Wanusa Campos Centuriom

Ciências Sociais Aplicadas

Editoração

Editora-chefe

Kelly Cristina Barbosa

Coordenadoria Geral da Editora IFS

Daniel Amaro de Almeida

Coordenadoria de Editoração

Célia Aparecida Santos de Araújo

Kaio Victor dos Santos Ribeiro

Coordenadoria de Recursos Editoriais

Hilton Henrique Cruz Santos Pereira

Coordenadoria de Registro e Normatização

Célia Aparecida Santos de Araújo

Kaio Victor dos Santos Ribeiro

Produção Visual

Erik Daniel dos Santos

Pedro Henrique Oliveira dos Santos

APRESENTAÇÃO

Esta obra trata-se de uma versão atualizada, revisada e ampliada de um produto da dissertação defendida no Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS).

Sua elaboração foi feita pela Bibliotecária Documentalista Joyce Dayse de Oliveira Santos sob orientação da Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari, contou com a colaboração de outras bibliotecárias, a Me. Kelly Cristina Barbosa e a Me. Ida Conceição Andrade de Melo.

Esta obra se propõe a nortear a organização de acervos de obras raras e coleções especiais. As características locais e institucionais serão consideradas na adoção dos instrumentos analíticos, metodologias e sistemas empregados na representação temática e descritiva de obras raras e coleções especiais em bibliotecas brasileiras.

É importante que a proposta direcionada sobre curadoria de obras raras e coleções especiais se estabeleça como um modelo de gestão para implantação e trabalho especializado em unidades de informação, com conteúdo generalizante, conceitual e atualizado.

Durante sua elaboração, foram consideradas também as inovações na gestão de obras raras e coleções especiais, em consideração aos trabalhos e estudos contínuos, desenvolvidos e publicizados pela comunidade científica da Ciência da Informação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL EPIPHANIO DÓRIA: ACERVO DE OBRAS RARAS E COLEÇÕES ESPECIAIS	10
---	-----------

Ambiente Físico do Acervo de Obras Raras e Coleções Especiais	21
--	----

CAPÍTULO I - DIMENSÃO DO ACERVO DE OBRAS RARAS E COLEÇÕES ESPECIAIS	39
--	-----------

Definição de Obra Rara e Coleção Especial	41
---	----

Objetivos e Escopo da Curadoria	45
---------------------------------------	----

Avaliação de Obras Raras e Especiais	52
--	----

Priorização e Seleção do Acervo de Obras Raras e Coleções Especiais	57
--	----

Aquisição e Proveniência de Acervos Raros e Coleções Especiais	60
---	----

Conservação e Preservação de Acervos Raros e Coleções Especiais	64
--	----

Organização Física de Acervos Raros e Coleções Especiais	70
---	----

Ergonomia e Utilização de EPI no Manejo de Acervos de Obras Raras e Coleções Especiais	74
---	----

Restauração de Obras Raras e Especiais	78
--	----

Gestão de Duplicadas de Obras Raras e Especiais	81
Identificação Física de Obras Raras e Especiais	86
CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA GESTÃO DE OBRAS RARAS E COLEÇÕES ESPECIAIS	93
Representação Temática, Descritiva, Indexação e Documentação	116
Monitoramento e Avaliação da Materialidade	123
Procedimentos de Digitalização e Indexação de Obras Raras e Especiais	129
CAPÍTULO III - PRODUTOS E SERVIÇOS INFORMACIONAIS DO ACERVO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS	141
Acesso e Exibição de Obras Raras e Especiais	145
Regulamentos e Acesso às Obras Raras e Especiais ...	151
Fontes e Recursos Informacionais de Obras Raras e Especiais	156
Divulgação, Valorização e Marketing	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	171

INTRODUÇÃO

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL EPIPHANIO DÓRIA: ACERVO DE OBRAS RARAS E COLEÇÕES ESPECIAIS



A instituição escolhida como campo empírico para a pesquisa e processo de intervenção, como proposto pelo curso de Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento (PROFIN) foi a Biblioteca Pública Estadual Epiphânio Dória (BPED). Essa unidade de informação esboça um papel ativo como principal referência no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Sergipe, utilizando diversas estratégias para promoção e fomento à leitura pública no estado. Seu histórico remete ao período do Segundo Império, tornando-a uma das bibliotecas mais antigas do Brasil ainda em funcionamento.

A BPED lidera o Sistema Estadual, sendo a principal referência para as bibliotecas públicas em Sergipe. Além disso, oferece orientações em todo o estado, principalmente para as bibliotecas públicas municipais, que seguem sua organização como modelo. Portanto, a intervenção foi realizada através da observação participativa, podendo ser replicada em todo o Sistema Estadual de Bibliotecas de Sergipe. Suas instalações físicas podem ser contempladas ao longo deste capítulo de apresentação, iniciando pela fachada predial (Figura 1).

Figura 1 - Fachada da Biblioteca Pública Estadual Epiphânio Dória

Fonte: Portal da Educação de Sergipe (2021)¹.

Conforme destacado na pesquisa realizada pelo historiador Gilfrancisco Santos, sobre a criação da BPED (2019, p. 24), no ano de 1848, o deputado Martinho de Freitas Garcez (1810-1861) propôs à Assembleia da Província a instituição de uma biblioteca pública em São Cristóvão. Em 16 de junho, desse mesmo ano, o Presidente da Província, Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, promulgou a Lei Estadual nº 233, estabelecendo a criação da Biblioteca Pública Provincial na antiga capital.

¹ Disponível em: <https://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=17350>. Acesso em: 10 jan. 2022

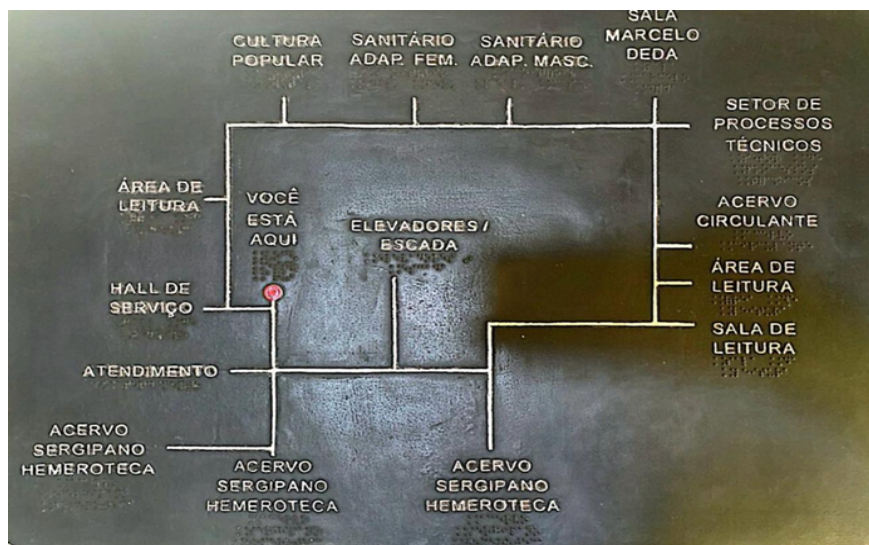
Em virtude da transferência da capital sergipana de São Cristóvão para Aracaju, em 1855, a biblioteca foi transferida e passou a ser reconhecida como Biblioteca Pública do Estado. Devido aos notáveis esforços e realizações durante a gestão do intelectual sergipano Epiphânio Dória, renomado literato, a instituição recebeu, na década de 1970, um edifício próprio e adotou o nome atual.

Conforme registrado por Melo (2022, p. 48), apenas em 30 de dezembro de 1970, por meio do Decreto 2020, a instituição foi oficialmente designada como Biblioteca Pública Estadual Epiphânio Dória. Simultaneamente, no mesmo ano, o edifício atual, situado na Rua Vila Cristina, no Bairro Treze de Julho, em Aracaju, foi concebido e construído pelo engenheiro Geraldo Magela.

A evolução da BPED gerou uma departamentalização, além de levar esta unidade de informação ao nível de cabeceira do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Sergipe. Seu atual edifício foi estruturado para propiciar as atividades em meio e fim, além de comportar as práticas de ação e animação cultural adequadas à população servida. Além de tudo, é a primeira unidade de informação no estado a disponibilizar fontes de informação acessíveis e adaptação de ambientes para a inclusão. A estrutura e departamentalização da BPED na atualidade pode ser visualizada nos mapas táteis dos níveis do edifício (Figuras 2, 3 e 4).

Figura 2 - Mapa tátil do primeiro piso

Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

Figura 3 - Mapa tátil do segundo piso

Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

Figura 4 - Mapa tátil do terceiro piso

Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

O acervo escolhido como objeto de estudo está localizado no terceiro piso (Figura 4). Porém, tem uma passagem de nível que ocupa o vão central do prédio, no primeiro e segundo andar, constituindo o chamado cofre de segurança.

A escolha dessa unidade de informação para pesquisa e intervenção é motivada pelo seu vasto acervo de coleções especiais e obras raras, como também pelo papel crucial que desempenha na pesquisa histórica em Sergipe.

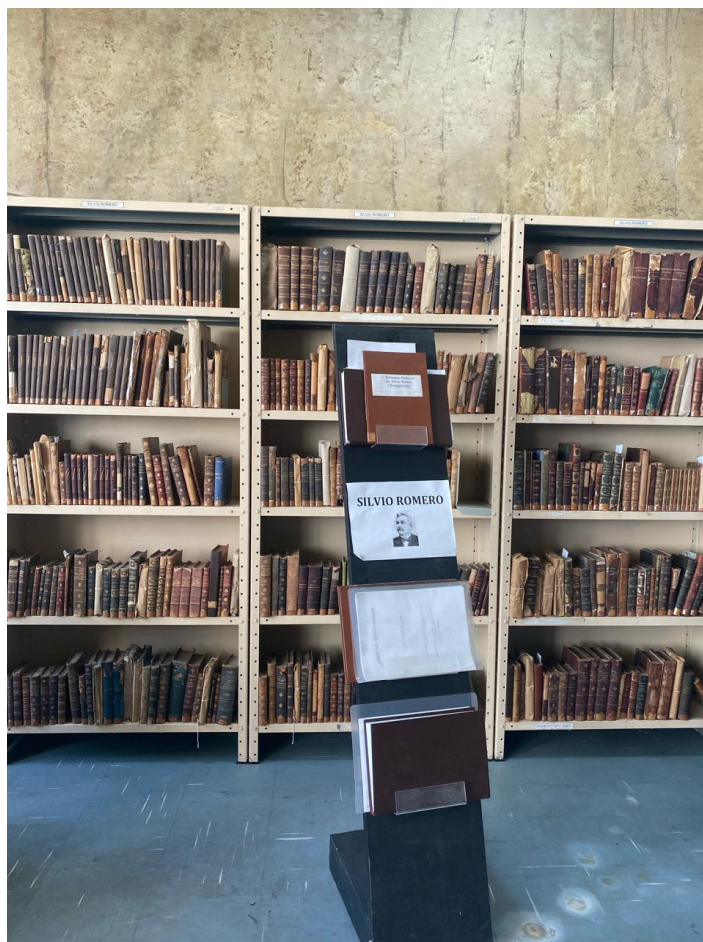
Apesar de atender predominantemente a comunidade aracajuana, a diversidade do público é notável, incluindo estudantes de todos os níveis, professores, pesquisadores e o público em geral em busca de informação, cultura e entretenimento.

A BPED, desde a sua abertura até os dias atuais, se constitui, pelas razões já elencadas, numa Biblioteca Central que dissemina boas práticas, assim como cumpre a função da preservação da memória cultural sergipana. Suas coleções bibliográficas são compostas, dessa forma, pelo Acervo Circulante (livros literários e de referência), Acervo Infantil, Acervo Braille, HQs, Hemeroteca, Acervo Sergipano - contendo o acervo particular de algumas personalidades do estado de Sergipe, e também livros de autores e assuntos regionais, Coleção Geral (Humanidades), Mapoteca, Multimeios (Microfilmes, CDs, DVDs), Obras Raras e Coleções Especiais (livros, periódicos, publicações oficiais e almanaques postais, gravuras, manuscritos, fotos, com estimativa de 22000 títulos, aproximadamente).

Dentre os itens de acervo das Obras Raras e Coleções Especiais da BPED, encontram-se desde preciosidades literárias dos séculos XVII e XVIII até as coleções particulares de renomados escritores sergipanos, como Sílvio Romero e Gumerindo Bessa (Figuras 5 e 6).

Porém, a visão de acumulação e preservação física desse acervo não contemplou a questão do acesso, assim como não houve a constituição de catálogos ou outros instrumentos de consulta, acesso e controle.

O diagnóstico da BPED, elaborado durante a proposta da pesquisa da qual derivou este livro, demonstrou ser essencial considerar a preservação duradoura desses acervos, como estratégia de fortificação da identidade intelectual sergipana, especialmente explorando alternativas de disponibilização digital.

Figura 5 - Acervo Sílvio Romero

Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

Embora algumas obras raras e especiais tenham sido identificadas em seu acervo e exibidas em exposições, observa-se a ausência de registros documentais sobre essas peças. Um processo descritivo e de curadoria ainda não foi realizado, deixando uma lacuna na preservação e documentação adequada dessas obras notáveis.

Figura 6 - Acervo Gumercindo Bessa

Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

A principal razão, apontada pelo diagnóstico e certificada pela literatura especializada, é a de que são ações dispendiosas, tendo a necessidade dos diversos recursos especializados, sendo eles: bibliográficos, humanos, tecnológicos, ambientais e comunicacionais.

A gestão de obras raras e coleções especiais no Brasil, como exemplifica o acervo da BPED, tem sido um grande desafio.

A ação cultural na BPED tem valorizado o acervo de obras raras e coleções especiais, desse modo o potencial deste recurso informacional é reconhecido em nível nacional. Por esta razão, fica evidente a necessidade da Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC), no sentido de permitir a concretização do potencial informacional e cultural dessas raridades preservadas, que no momento estão inacessíveis para a leitura de grande parte da população (Figura 7).

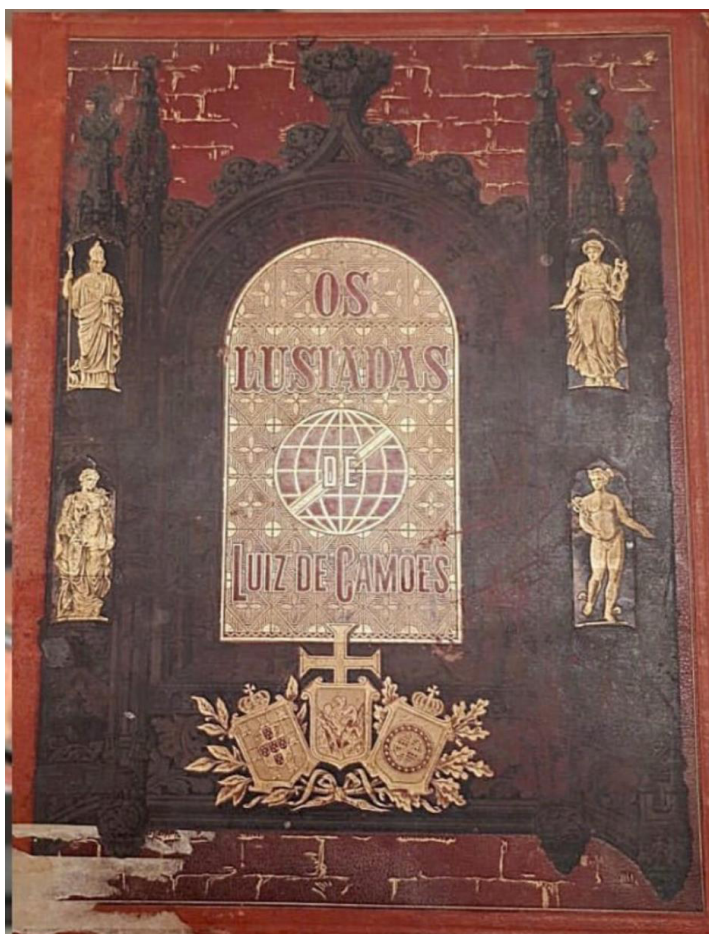
Figura 7 - Exposição de obras raras



Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

Destaca-se, dentre essas obras, um exemplar de 1572, “Os Lusíadas” de Luís Vaz de Camões, uma obra clássica da literatura portuguesa. Essa edição especial, publicada por Emílio Biel, no Porto, Portugal, em 1880, é percebida por ser dedicada em homenagem ao imperador do Brasil, D. Pedro II (Figura 8).

Figura 8 - Os Lusíadas



Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

É importante destacar que o início deste trabalho suscitou a questão de pesquisa, enfocando o conteúdo do projeto ao confrontar o grau de complexidade na representação dos conteúdos e características de coleções especiais e obras raras. Entretanto, o maior desafio persiste no acesso ao conteúdo dessas obras, uma vez que sua deterioração é contínua, e os recursos para uma ação universal de restauro são inexistentes.

Nesse cenário, a digitalização integral dos exemplares emerge como um procedimento essencial para a preservação da informação rara, visto que a degradação dos suportes poderia resultar no desaparecimento irreversível dos registros. Porém, trata-se de uma atividade projetada para o futuro devido à insuficiência dos recursos necessários.

AMBIENTE FÍSICO DO ACERVO DE OBRAS RARAS E COLEÇÕES ESPECIAIS

O acúmulo de obras raras e coleções especiais na BPED se deu em virtude das dificuldades em cuidar da segurança dos itens. Por esta razão, o projeto do atual prédio, da década de 1970, contemplou a construção e mobiliário em aço, sem janelas e com portas perfeitamente lacradas, para comportar as coleções.

A falta de circulação de ar e também de climatização, levou a deterioração de vários exemplares raros. Sendo

assim, a inovação, que se caracteriza pela alteração do ambiente de guarda, instituição de procedimentos de limpeza e proteção, até mesmo iniciativas de digitalização, são medidas recentes.

Diante dessa análise, tendo em vista as condições desfavoráveis para a preservação do patrimônio cultural no acervo da BPED, foi observada a carência de serviços especializados de preservação, Organização da Informação e do Conhecimento (OIC).

Essas observações, que foram identificadas, evidenciam condições precárias de conservação das coleções especiais e obras raras. Tal fato, ressalta a necessidade iminente de intervenções para assegurar a preservação adequada significativa.

Ao criar um planejamento estratégico mais eficaz, a considerar os recursos disponíveis durante o desenvolvimento da intervenção, foi possível estabilizar e melhorar as condições de conservação dos itens importantes.

Para que se tenha uma ideia de como se estruturam esses ambientes anteriores no edifício, assim como do volume de trabalho que espera pelos profissionais da BPED, alguns registros fotográficos trarão uma visão parcial de como estão fisicamente organizados, em sua maioria, os itens colecionados (Figuras 9 e 10).

Figura 9 - Acervo de Obras Raras, parte inferior



Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

A situação atual desse acervo exige cuidados especiais, abrangendo desde a conservação dos suportes até a proteção das informações contidas.

Figura 10 - Acervo de Obras Raras, parte superior

Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

A ausência de ventilação adequada é agravada pela falta de janelas, o que propicia a proliferação de fungos e o acúmulo de poeira, estantes enferrujadas, baixa iluminação e a presença de umidade.

É preciso salientar que não há nenhuma ação de catalogação que dê ideia clara do que está acumulado nesse acervo. Por isso, a preocupação em catalogar também está incluída nas ações planejadas. Isso tudo ocorre, mesmo diante dos desafios ambientais, bibliófagos e outros elementos contaminantes evidenciados nas condições de armazenamento do acervo.

Desse modo, a intervenção proposta iniciou-se com a remoção progressiva do acervo de obras raras e coleções especiais, para um ambiente mais adequado à preservação, contendo climatização, condições de higiene e ergonomia, para desenvolvimento das atividades de recuperação de um conjunto selecionado de obras.

Atualmente alojado no terceiro piso do prédio da BPED, esta parte selecionada para processamento técnico do acervo de obras raras e coleções especiais encontra-se em uma sala reservada, com acesso restrito (Figuras 11 e 12).

Após a remoção de algumas obras para um novo ambiente, a contribuição foi significativa para a compreensão e execução das práticas relacionadas à curadoria, implementando ações estratégicas para melhorar a organização da informação presente no acervo de coleções especiais e obras raras da instituição.

Figura 11 - Sala de Obras Raras e Coleções Especiais no Terceiro Piso



Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

A aplicação da OIC na gestão do acervo para um novo ambiente, permitiu a criação de um planejamento mais robusto, considerando os recursos disponíveis para a continuidade das atividades.

Figura 12 - Sala de Obras Raras e Coleções Especiais no Terceiro Piso

Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

Para garantir a preservação eficaz do acervo, tornou-se imperativo implementar medidas que criassem um ambiente propício para a execução das atividades propostas. Dessa maneira, a substituição de estantes enferrujadas e a melhoria na iluminação revelaram-se essenciais na prevenção do deterioramento do material. A ventilação adequada,

proporcionada por janelas bem-posicionadas, não apenas promoveria a circulação de ar, mas também reduziria a propagação de fungos. A implementação de procedimentos de limpeza e controle de poeira, aliada à disponibilidade de EPI, garantiria um ambiente de trabalho seguro para os profissionais envolvidos (Figura 13).

A ausência de materiais apropriados para o desenvolvimento das atividades, compromete a segurança e as condições de trabalho. Diante disso, os EPI utilizados foram direcionados especialmente para a equipe comprometida somente com o trabalho à higienização dentro do ambiente com obras raras, sendo necessários cuidados específicos para preservar o patrimônio.

Figura 13 - EPI utilizados durante as atividades



Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

Inicialmente, foi essencial realizar uma limpeza meticulosa, removendo poeira e sujeira de forma não intrusiva, sendo conduzido de maneira ética para não prejudicar as obras com intervenções especializadas (Figuras 14, 15 e 16).

Figura 14 - Deterioração em uma das obras do acervo de obras raras



Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

O registro detalhado das condições do acervo e a realização de inspeções regulares foram práticas essenciais, principalmente no que diz respeito a treinar a equipe sobre técnicas apropriadas de manuseio e armazenamento para a

preservação a longo prazo. Dessa forma, a abordagem para a higienização foi personalizada visando proteger as obras raras de forma sustentável.

Figura 15 - Deterioração em periódicos do acervo de obras raras



Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

O acervo de obras raras e coleções especiais não possuía uma política de desenvolvimento de coleção. Ou seja, os critérios de guarda foram adotados segundo

orientações de instituições tradicionais brasileiras, como a Fundação Biblioteca Nacional, repassados oralmente aos colaboradores da BPED.

O critério de raridade assim adotado, embora válido, surtiu algum efeito de organização somente à guarda dos periódicos (jornais, revistas e outras publicações seriadas informacionais). No acervo de obras raras e coleções especiais, observam-se segmentos e coleções de diversos jornais, desempenhando funções de administração pública e informação de cidadania, como diários oficiais e diários da república.

Além dessas publicações de caráter oficial ou informativo, há enciclopédias e livros antigos de diversos gêneros, tanto brasileiros quanto estrangeiros, os quais estão custodiados nesse ambiente. Em algumas estantes, encontram-se também documentos de arquivo, abrangendo desde aspectos administrativos até mapas, fotografias, cartas, partituras, entre outros.

Importante destacar que alguns periódicos foram retirados do cofre e organizados alfanumericamente, para compor a Hemeroteca da instituição, organizado por categorias, para facilitar a localização e manutenção desses itens paulatinamente. Foi necessário, então, estabelecer procedimentos de manuseio adequados e garantir condições de armazenamento controladas, como temperatura e umidade ideais. Foram aplicadas técnicas de guarda para preservação, conservação, manejo, limpeza especializada, invólucro e outras medidas saneantes e estabilizantes dos suportes físicos (Figura 16).

Figura 16 - Hemeroteca da instituição

Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

A guarda das obras raras revela-se inadequada, sendo o primeiro ponto de fragilidade, a ausência de uma análise criteriosa deste acervo, onde não há um levantamento seguro dos títulos ou um laudo confirmando sua positiva raridade ou composição de acervo especial.

Tornou-se fundamental estabelecer uma política de catalogação abrangente, para identificar claramente cada tipo de material, classificando as obras raras e especiais de acordo com critérios específicos.

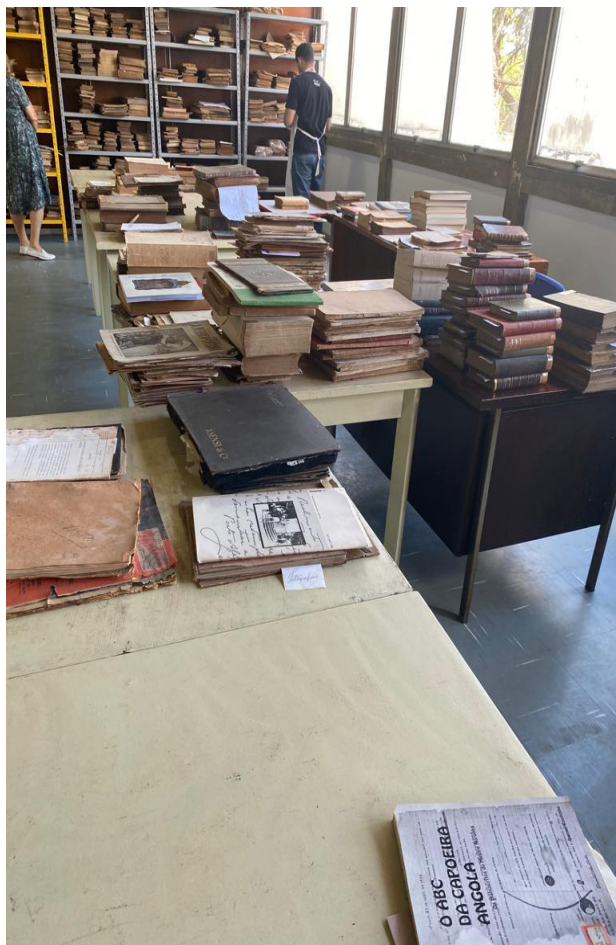
Desse modo, não é possível no ato da seleção, identificar se a obra selecionada realmente seria rara, segundo os critérios elencados nesta obra. Porém, o conhecimento de que se trata, em grande parte, de publicações sergipanas do séc. XVIII, XIX e XX, servem como norteadores da primeira avaliação e inventário.

Em 2020, com o advento da Pandemia de Covid-19, houve uma interrupção do atendimento ao público. Este fato social teve impacto positivo na inovação da Gestão Documental (GD) do acervo de obras raras e coleções especiais da BPED. O tempo empregado em atividades de remanejamento promoveu uma mudança significativa, acontecendo um acompanhamento durante a implementação da reorganização. Isso propiciou também um processo de investigação, para identificar os materiais presentes no acervo. Dessa maneira, teve início a etapa de higienização e preservação, utilizando recursos disponíveis na instituição para confeccionar pacotilhas, impulsionando assim o conhecimento (Figura 17, 18 e 19).

Ao longo deste trabalho, foram implementadas mudanças com o objetivo de estabelecer práticas efetivas de conservação e recuperação com a identificação e classificação detalhada dos materiais, proporcionando assim, um entendimento mais preciso do que compõe o

acervo, facilitando a adoção de estratégias específicas para sua preservação.

Figura 17 - Procedimentos de reorganização do acervo raro e especial



Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

O volume expressivo de itens custodiados levou a necessidade da seleção de material para levar ao processo de reabilitação.

Figura 18 - Procedimentos de identificação de obras com marcadores fantasma



Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos.

As pacotilhas são a última fase da conservação preventiva das obras raras, feita após a higienização, a retirada de grampos metálicos, identificação e sinalização. A

sinalização pode ser feita por meio dos marcadores fantasmas, assim como por etiquetamento da própria pacotilha.

Figura 19 - Procedimentos de invólucro em pacotilhas



Fonte: Acervo pessoal de Joyce Dayse de Oliveira Santos

Toda a inovação proposta e o trabalho desenvolvido, além de disponibilizar a informação contida no acervo de obras raras e coleções especiais, também reorganiza fisicamente

o próprio edifício da BPED. Por meio da reorganização das obras raras no terceiro piso, o vão livre no centro do prédio terá reformulação. Isto significa que novos tempos propiciam também metamorfoses nas unidades de informação.

O atendimento especializado aos pesquisadores da história e cultura sergipana, assim como todos os interessados em ter contato e apropriar-se da experiência da leitura de obras raras terão oportunidades e garantia de direitos.

Logo, é imperativo dar continuidade a esse esforço, especialmente considerando a natureza diversificada do acervo. A introdução de medidas de conservação, como a implementação de sistemas de controle ambiental, a restauração de obras danificadas e a promoção de boas práticas de gestão, são passos essenciais para garantir a preservação a longo prazo desse valioso patrimônio cultural.



CAPÍTULO I

DIMENSÃO DO ACERVO DE OBRAS RARAS E COLEÇÕES ESPECIAIS

A preservação e o acesso a acervos de obras raras e especiais desempenham um papel fundamental na valorização da história e cultura de uma sociedade. Essas coleções únicas abrangem uma ampla gama de materiais, desde manuscritos antigos e livros raros até mapas, fotografias e gravuras preciosas. Suas páginas contêm um tesouro de conhecimento e perspectivas, muitas vezes guardando segredos e revelações sobre o passado.

O acervo de obras raras e especiais oferece uma visão privilegiada de diferentes épocas, permitindo-nos mergulhar nas mentes brilhantes de grandes pensadores, exploradores e artistas do passado. Essas obras podem nos transportar para civilizações antigas, oferecendo uma conexão direta com o desenvolvimento humano ao longo dos séculos.

Além disso, essas coleções representam um legado valioso que precisa ser preservado para as gerações futuras. O cuidado e a conservação adequada dessas obras garantem que a história e a herança cultural sejam transmitidas intactas, permitindo que as futuras pesquisas e estudos sejam realizados.

A importância do acervo de obras raras e especiais também está relacionada à sua singularidade. Muitas vezes, essas obras são únicas, irreplicáveis ou extremamente raras, tornando-as um patrimônio cultural de valor inestimável. Elas nos revelam aspectos desconhecidos ou esquecidos de nossa história, abrindo novas perspectivas e questionamentos.

Dessa forma, o acesso a esses acervos desempenha um papel essencial na promoção da educação e do

enriquecimento intelectual. Permite que pesquisadores, estudantes e curiosos explorem e estudem essas obras contribuindo para o avanço do conhecimento, aprofundando nossa compreensão do passado e inspirando novas criações no presente.

Por fim, reconhecer a dimensão e importância do acervo de obras raras e especiais é fundamental para valorizar a diversidade cultural, preservar a história e promover a pesquisa e a educação. Essas coleções preciosas nos conectam com o passado e nos ajudam a moldar o futuro.

Definição de Obra Rara e Coleção Especial

Uma obra rara é aquela que possui características que a tornam incomum, escassa ou difícil de encontrar. Pode ser um livro antigo, um manuscrito histórico, uma gravura valiosa ou qualquer outro item considerado único, valioso ou de grande importância cultural.

Uma coleção especial, por sua vez, refere-se a um conjunto de obras raras e especiais reunidas e preservadas em uma instituição, como bibliotecas, arquivos ou museus. Essas coleções são cuidadosamente selecionadas, organizadas e mantidas com o objetivo de salvaguardar e torná-las acessíveis a pesquisadores, estudantes e ao público em geral.

A importância das coleções especiais para a sociedade é multifacetada. Em primeiro lugar, elas preservam a história e a cultura de uma nação ou região, permitindo que gerações

presentes e futuras tenham acesso a materiais autênticos e originais. Essas obras oferecem uma visão única do passado e são fontes essenciais para a pesquisa histórica, a compreensão de tradições culturais e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Além disso, as coleções especiais promovem a educação e o enriquecimento intelectual. Elas fornecem recursos valiosos para acadêmicos, estudantes e pesquisadores que exploraram tópicos específicos em profundidade. Acessar essas obras raras e especiais pode inspirar novas pesquisas, descobertas e ideias, contribuindo para o avanço do conhecimento em diversas áreas, como história, literatura, ciências e artes.

As instituições que custodiam essas coleções têm o papel crucial de preservar e proteger essas obras para as gerações futuras. Elas empregam especialistas em conservação e implementam medidas de segurança para garantir a integridade física dessas peças. Além disso, essas entidades também se esforçam para digitalizar e disponibilizar o acesso virtual a parte de suas coleções, ampliando ainda mais seu alcance e impacto.

Em resumo, as obras raras e especiais são tesouros culturais que oferecem uma visão única do passado e contribuem para a compreensão e a preservação da história e da cultura de uma sociedade. As coleções especiais, mantidas em instituições, desempenham um papel vital na salvaguarda desse patrimônio, promovendo a educação, a pesquisa e o enriquecimento intelectual para o benefício de toda a sociedade.

A definição de obras raras e especiais pode variar dependendo do contexto e dos critérios estabelecidos pela instituição. Isso pode incluir avaliação como idade, escassez, valor histórico, artístico ou cultural, entre outros.

No geral, obras raras são aquelas que possuem características como:

- Raridade: itens únicos ou presentes em quantidades muito limitadas;
- Valor histórico: possuem importância significativa na história, cultura ou desenvolvimento de determinada área;
- Valor artístico: destacam-se por suas qualidades estéticas ou criativas;
- Valor cultural: representam aspectos culturais ou sociais importantes.

Já as obras especiais podem incluir materiais que, embora não sejam necessariamente raros, possuem características que os tornam únicos ou valiosos, como manuscritos originais, edições limitadas, exemplares autografados, obras encadernadas de forma especial, entre outros. É importante que cada instituição estabeleça seus próprios critérios para definir o que é considerado uma obra rara ou especial dentro do contexto de sua coleção e objetivos curatoriais.

A análise de uma obra rara envolve uma série de etapas para determinar sua autenticidade, importância histórica e relevância para a coleção da biblioteca. Identificando no processo algumas particularidades, como:

- Exame visual: análise feita através do profissional especializado que examinará cuidadosamente o item, observando detalhes como a condição física, marcas de desgaste, encadernação, impressão e quaisquer características especiais, como ilustrações, gravuras ou anotações;
- Pesquisa prévia: coleta de informações sobre a obra e sua procedência. Isso pode incluir a consulta de catálogos, bases de dados bibliográficos, registros históricos, fontes especializadas e outras fontes relevantes para verificar a autenticidade e verificar a importância histórica da obra;
- Análise comparativa: compara a obra com outras cópias conhecidas ou exemplares similares para identificar variações ou características únicas. Isso pode envolver a comparação de encadernações, marcas de impressão, erros tipográficos ou quaisquer outros elementos distintivos;
- Consulta a especialistas: dependendo da natureza da obra rara, pode ser fundamental consultar especialistas externos para obter opiniões e percepções adicionais. Isso pode envolver especialistas em um determinado autor, período histórico, estilo artístico, técnicas de impressão, entre outros;
- Contextualização histórica: a obra rara também deve ser entendida em seu panorama histórico para determinar sua importância dentro do cenário cultural, literário, científico ou artístico em que foi criada. Isso pode

exigir pesquisas aprofundadas sobre o autor, a época, eventos contemporâneos e influências relevantes;

- **Avaliação de proveniência:** a proveniência da obra, ou seja, sua história de propriedade, também é um aspecto importante da avaliação. Isso pode envolver investigar sua posse anterior, registros de leilões, selos, ex-libris, carimbos ou outras marcas que possam fornecer informações sobre sua história e autenticidade;
- **Considerações curatoriais:** o profissional que avaliará a relevância da obra rara para a coleção da biblioteca determinará se a obra preenche uma lacuna na coleção existente, se contribui para a área de pesquisa da instituição ou se possui um valor único e significativo para a comunidade acadêmica ou pública.

Cabe ressaltar que a avaliação de obras raras é uma tarefa complexa e exige conhecimento especializado. Podendo ser o bibliotecário, atuando com equipes multidisciplinares, historiadores e outros especialistas em conjunto, para garantir a precisão e a qualidade desse processo.

Objetivos e Escopo da Curadoria

A curadoria de acervo de obras raras e coleções especiais desempenha um papel fundamental na preservação, organização e acesso à informação. Com o objetivo de salvaguardar e compartilhar, a curadoria estabelece diretrizes e abrange uma ampla gama de atividades. Neste contexto, é

importante compreender a definição dos objetivos e escopo dessa prática especializada.

Os objetivos da curadoria de acervo de obras raras e coleções especiais são multifacetados. Em primeiro lugar, busca-se a preservação física e a proteção dessas obras, garantindo sua integridade a longo prazo. Isso envolve a implementação de medidas de conservação adequadas, como controle ambiental de temperatura, umidade e iluminação, bem como a adoção de técnicas apropriadas de manuseio e armazenamento.

Além da preservação física, a curadoria visa promover o acesso e a disseminação dessas obras valiosas. Busca-se torná-las acessíveis a pesquisadores, estudantes e ao público interessado, através de exposições, programas educacionais e digitalização. Essa ampliação do acesso permite que um número maior de pessoas possa apreciar e aprender com esses materiais raros e especiais.

A curadoria também se dedica à pesquisa e ao estudo dessas obras, aprofundando a compreensão de sua importância histórica, cultural e artística. Os curadores examinam e analisam cuidadosamente as obras, contextualizando-as dentro de um determinado período de tempo, movimento artístico ou desenvolvimento intelectual. Esse trabalho de pesquisa contribui para o conhecimento acadêmico e o avanço do campo de estudo relacionado.

Quanto ao escopo da curadoria, ele abrange a gestão de um acervo de obras raras e coleções especiais. Isso inclui a seleção e aquisição de novos itens ao acervo, levando em

consideração critérios como relevância histórica, raridade e valor cultural. Também engloba o registro e a representação descritiva e temática, que compõem a catalogação detalhada de cada item, permitindo um controle eficiente e preciso.

Além disso, a curadoria envolve a organização e a exposição das obras, seja fisicamente em galerias e salas de exposição, seja virtualmente, por meio de plataformas digitais. Essa organização cuidadosa facilita o acesso e a pesquisa, garantindo que as obras possam ser apreciadas e estudadas de maneira eficaz.

Dessa forma, a curadoria de acervo de obras raras e especiais tem como objetivos a preservação, o acesso e o estudo desses elementos de grande valor. Por meio de atividades de conservação, pesquisa e organização, os curadores garantem que essas obras sejam protegidas e compartilhadas, enriquecendo nossa compreensão da história, cultura e criatividade humana.

Para definir os objetivos da curadoria do acervo de obras raras e especiais se faz necessário identificar a missão da instituição e os propósitos específicos para a coleção estabelecendo o escopo da coleção, incluindo temas, períodos históricos, autores ou artistas específicos, entre outros critérios relevantes. Esclarecendo algumas diretrizes para auxiliar nessa definição, como:

- Identificar e preservar o patrimônio cultural: um objetivo principal da curadoria de obras raras e especiais é identificar, preservar e proteger o patrimônio cultural representado por essas obras. Isso envolve garantir

sua integridade física, documentar sua história, contexto, e assegurar sua relevância para as gerações presentes e futuras;

- Expandir o conhecimento e a pesquisa: a curadoria de obras raras e especiais tem o objetivo de promover a pesquisa e disseminação do conhecimento relacionados a essas peças. Isso pode ser alcançado por meio de exposições, programas educacionais, publicações, colaborações com acadêmicos, pesquisadores e estudantes;
- Facilitar o acesso e a apreciação: outro objetivo importante é tornar as obras raras e especiais acessíveis ao público, permitindo que as pessoas as apreciem, estudem e se envolvam com elas. Isso pode envolver a criação de exposições abertas ao público, programas de visitas guiadas, disponibilização de materiais educacionais físicos quanto digitais, entre outros;
- Estabelecer conexões e diálogos: a curadoria de obras raras e especiais pode ter como objetivo estabelecer conexões e diálogos entre as obras; quanto diferentes aspectos da cultura, história, arte, ciência ou outras disciplinas. Isso pode ser feito por meio de exposições temáticas, colaborações interinstitucionais, eventos especiais e programas de divulgação;
- Contribuir para a comunidade acadêmica: a curadoria dessas obras pode ter como objetivo contribuir para a comunidade acadêmica, fornecendo recursos e oportunidades de pesquisa. Isso pode incluir o apoio a estudantes, acadêmicos e pesquisadores por meio

de bolsas de estudo, acesso privilegiado a coleções e participação em projetos de pesquisa;

- Preservar a autenticidade e a integridade das obras: é fundamental que tenha como objetivo preservar a autenticidade e a integridade das peças. Isso envolve implementar medidas de conservação preventiva, minimizar a exposição aos riscos ambientais, adotar boas práticas de manuseio e garantir a documentação adequada das obras;
- Fomentar a colaboração e o intercâmbio: esse trabalho busca ativamente colaborações e parcerias com outras instituições, bibliotecas, museus e especialistas da área. Isso permite o intercâmbio de conhecimentos, a realização de exposições conjuntas, o compartilhamento de recursos e a ampliação do acesso às obras;
- Constituir a memória social da comunidade servida: essa ação é essencial à construção da identidade cultural de uma comunidade discursiva. Ou seja, preservar e dar acesso à informação documental contida na obra rara aumenta a visibilidade e a constituição de um panorama do pensamento, principalmente de segmentos sociais excluídos ou invisibilizados na construção do conhecimento. Além disso, produções locais ou marginais adquirem condições de se transformar em fontes de informação fidedigna.

Ao estabelecer objetivos claros para a curadoria do acervo de obras raras e especiais, o intuito é de contribuir com

as atividades desenvolvidas pelos profissionais em campo, de forma estratégica, garantindo que os esforços sejam concentrados nos resultados desejados e no cumprimento da missão institucional. Para identificar e avaliar as obras raras e especiais existentes no acervo, é necessário definir um processo metódico, como por exemplo:

- Identificação e avaliação das obras raras e especiais existentes no acervo: realizar uma auditoria completa do acervo para determinar a quantidade, condição física, autenticidade e relevância de cada obra em relação aos objetivos estabelecidos;
- Revisão do acervo: fazer uma revisão abrangente do acervo existente para identificar quais obras podem ser consideradas raras ou especiais. Isso pode envolver a análise de registros, catálogos, inventários e quaisquer documentações disponíveis;
- Definição de critérios: estabelecer critérios claros para determinar quais obras serão consideradas raras e especiais. Isso pode incluir fatores como idade, autenticidade, raridade, valor histórico, relevância cultural, técnica de produção, autoria ou outras características específicas relacionadas ao contexto e à importância da obra;
- Realização de consultas com especialistas: consultar especialistas, curadores, historiadores de arte, bibliotecários ou outros profissionais qualificados para obter orientação e expertise na identificação de obras raras e especiais. Eles podem fornecer esclarecimento

sobre características específicas a serem observadas ou recursos de pesquisa adicionais;

- Realização de análise das obras existentes: analisar cada obra individualmente, examinando sua autenticidade, proveniência, estado de conservação, relevância histórica e cultural, bem como sua importância dentro do contexto da coleção. Essa análise pode envolver pesquisas adicionais, comparações com obras similares e referências bibliográficas;
- Documentação das obras: documentar todas as informações relevantes de cada obra, incluindo os descritores de título, autor, data, descrição física, proveniência, histórico de propriedade, condição física atual e qualquer informação adicional que considerar importante. Consulte especialista para completar informações obscuras, que não constam da fonte. Registre também a razão pela qual a obra é considerada rara ou especial de acordo com os critérios estabelecidos;
- Classificação e categorização: classificar e categorizar as obras raras e especiais com base em suas características e importância. Isso pode ser feito por meio de sistemas de representação descritiva e temática, etiquetas ou outros métodos de identificação para facilitar a localização e o acesso posterior;
- Registro e catalogação: registrar todas as informações coletadas em um sistema de registro e catalogação. Podendo utilizar um software de gestão de

acervo ou desenvolvendo um sistema personalizado que permita a organização eficiente dos dados e facilite a recuperação de informações sobre cada obra rara e especial;

- Priorização e estratégia de conservação, preservação e restauro: com base na avaliação das obras, pode ser necessário estabelecer prioridades para as ações, visando a estabilização da situação física da obra rara, assim como a facilitação de vias de acessibilidade para o público-alvo sanar, suas necessidades informacionais. Identificando aquelas que exigem tratamentos ou cuidados especiais imediatos e, assim, desenvolver medidas de preservação e estratégias de conservação, para garantir a longevidade de cada obra.

Ao seguir os critérios instituídos à unidade de informação e seus acervos, a identificação e avaliação de obras raras e especiais existentes no acervo de maneira sistemática e documentada, pode vir a fornecer uma base sólida para a curadoria e a preservação dessas peças.

Avaliação de Obras Raras e Especiais

A avaliação e a determinação do valor as obras raras e especiais são tarefas essenciais no campo da curadoria e colecionismo. Através de critérios cuidadosamente estabelecidos, especialistas em diversas áreas examinam

essas obras para identificar seu significado histórico, cultural e artístico. Com base nessa análise, é possível compreender a relevância e o valor dessas obras no contexto da preservação do patrimônio cultural.

A importância e o valor das obras raras e especiais podem ser determinados por vários critérios. Um deles é a raridade ou a escassez do item. Quanto mais rara uma obra, menor o número de exemplares existentes, o que pode aumentar seu valor. A raridade pode ser influenciada por fatores como idade, autenticidade, condição de preservação e histórico de propriedade.

Outro critério é a relevância histórica e cultural da obra. A importância pode estar ligada a seu papel em eventos significativos, seu impacto em um movimento artístico ou literário, ou sua conexão com figuras notáveis ou momentos emblemáticos da história. O conteúdo da obra, como ideias revolucionárias, descobertas científicas ou reflexões filosóficas, também contribui para sua importância e valor.

O valor estético e artístico de uma obra é outro aspecto relevante. A qualidade da execução, a originalidade do estilo, a inovação técnica e a influência sobre outros artistas são fatores que podem elevar o valor de uma obra rara. A assinatura de um artista renomado ou a atribuição correta a um autor relevante também são considerações importantes.

Além disso, a proveniência da obra, ou seja, sua história de propriedade, pode influenciar seu valor. O histórico de propriedade pode incluir a associação com pessoas famosas, colecionadores importantes ou instituições culturais

reconhecidas. Essa proveniência pode adicionar um valor histórico e cultural adicional à obra.

Desse modo, a condição física e a autenticidade da obra também são critérios fundamentais. O estado de conservação, sua veracidade de assinatura, integridade dos materiais e a documentação de proveniência são fatores que contribuem para a avaliação.

Logo, a avaliação e a determinação da importância e valor das obras raras e especiais envolvem a análise cuidadosa de critérios como raridade, relevância histórica e cultural, valor estético e artístico, proveniência e autenticidade. Essa avaliação permite a compreensão do significado dessas obras e sua contribuição para a preservação do patrimônio cultural e intelectual da humanidade.

Ao desenvolver critérios de avaliação para obras raras e especiais, pode garantir uma seleção criteriosa que esteja alinhada com os objetivos curatoriais da instituição para determinar a importância e o valor das obras propostas. Levando em consideração:

- Relevância histórica e cultural: levar em consideração o valor histórico e cultural da obra. Avaliando seu papel na história da arte, literatura, ciência, sociedade ou qualquer outro contexto relevante. Verificando se a obra contribui para o entendimento e a apreciação desses aspectos;
- Raridade e exclusividade: avaliar o grau de raridade da obra e sua exclusividade dentro do contexto em que se insere. Considerando a escassez de exemplares

existentes, edições limitadas, manuscritos únicos ou outros fatores que tornam a obra especialmente rara;

- Valor artístico e estético: análise do valor artístico da obra, considerando sua originalidade, inovação técnica, qualidade estética, influência cultural ou contribuição para o desenvolvimento da arte ou de seu campo específico;
- Importância autoral ou autenticidade: verificando a autenticidade e a importância do autor ou criador da obra. Considerando sua reputação, contribuições significativas para a área, reconhecimento pelos pares ou relevância histórica do autor em relação à obra em questão;
- Condição e integridade do suporte: avaliação da condição física da obra e sua integridade. Verificando se a obra está completa, sem alterações significativas ou danos que comprometam sua autenticidade ou valor histórico. É necessário planejamento de restauro, no interesse da preservação de obras com degeneração física ou infestação de diferentes bibliófagos;
- Complementaridade com a coleção existente: considerar como a obra se relaciona e complementa à coleção existente. Pensando em como expande ou aprofunda o conhecimento e a apreciação dos temas, períodos históricos, movimentos artísticos ou outros aspectos contemplados pela coleção;
- Disponibilidade de recursos para conservação: avaliar se a instituição têm os recursos necessários para

a conservação e preservação adequadas da obra. Levando em consideração as necessidades específicas de armazenamento, manutenção, tratamentos de conservação e exibição;

- Disponibilidade de recursos para restauro: avaliar se a instituição possui recursos humanos, materiais e financeiros os quais possam ser investidos nas medidas de restauro ou sua contratação. É possível que as medidas de restauro ultrapassem o próprio valor comercial da obra. O restauro também pode como necessita ser acompanhado por medidas de digitalização, voltadas à preservação e acessibilidade da informação documental contida na obra;
- Relevância para o público-alvo: considerar como a obra pode ser apreciada e valorizada pelo público-alvo da instituição. Pensando como pode enriquecer a experiência do visitante, estimular a pesquisa ou contribuir para a educação e programas culturais. A disponibilização de obras raras e coleções especiais pode representar estratégia de marketing, para converter usuários potenciais em usuários reais da unidade de informação.

É importante estabelecer uma abordagem equilibrada na avaliação das obras raras e especiais, considerando múltiplos critérios e adaptando-os às necessidades e objetivos da sua instituição.

Priorização e Seleção do Acervo de Obras Raras e Coleções Especiais

A priorização e seleção de acervo de obras raras e coleções especiais é uma etapa crucial no processo de curadoria e gestão dessas coleções. Com a crescente quantidade de materiais disponíveis e os recursos limitados das instituições, é necessário estabelecer critérios e estratégias para determinar quais obras devem ser incluídas na coleção.

Essa priorização envolve a identificação das obras que possuem maior relevância e valor, seja do ponto de vista histórico, cultural, artístico ou acadêmico. É necessário considerar a importância dessas obras em relação aos objetivos e missão da instituição, bem como às demandas e interesses do público-alvo.

Diversos critérios podem ser utilizados na seleção do acervo. A raridade e a escassez da obra são fatores importantes, pois obras únicas ou em pouca quantidade geralmente são prioritárias para inclusão. A relevância histórica e cultural da obra também é um critério-chave, considerando seu impacto e significado dentro de um determinado contexto temporal, geográfico ou temático.

O valor artístico e estético da obra também desempenha um papel na seleção. Obras de artistas renomados, exemplares de períodos ou estilos marcantes e peças inovadoras podem ser priorizadas por sua contribuição para o princípio artístico ou por seu impacto na evolução das expressões criativas.

Além disso, a conexão da obra com a região, a comunidade ou a identidade cultural local também pode ser um critério relevante. Obras que documentam ou representam aspectos culturais específicos têm um valor significativo para a preservação da memória coletiva e da diversidade cultural.

Outros fatores práticos, como a disponibilidade de recursos para aquisição, conservação e exposição das obras, também são considerados na seleção do acervo. É importante avaliar a capacidade da instituição em cuidar adequadamente das obras selecionadas, garantindo sua preservação e acesso ao longo do tempo.

Sendo assim, a priorização e seleção do acervo de obras raras e coleções especiais envolvem a definição de critérios que consideram a raridade, a relevância histórica e cultural, o valor artístico, a conexão com a comunidade e os recursos disponíveis. Essa seleção cuidadosa permite a formação de uma coleção representativa e significativa, que atenda aos objetivos da instituição e contribua para a preservação e promoção do patrimônio cultural.

Para priorizar e classificar as obras selecionadas com base nos objetivos da instituição, decida quais obras serão incluídas na coleção permanente e quais poderão ser empréstimos ou depósitos temporários. Como exemplo:

- Estabelecer critérios de seleção: definindo critérios claros para orientar a seleção das obras. Esses critérios podem incluir importância histórica, raridade, valor artístico, relevância cultural, conexão com a missão da instituição, necessidades de pesquisa e estudo,

entre outros. Certificar de que esses critérios estejam alinhados com os objetivos e a visão da instituição;

- Classificar as obras por prioridade: classificando as obras com base na sua importância e relevância dentro dos critérios estabelecidos. Criando uma escala de prioridade, atribuindo uma pontuação ou classificação para cada obra com base nos critérios relevantes. Isso ajudará a identificar as obras que se destacam e merecem uma atenção especial;
- Considerar as limitações do espaço e recursos: levando em consideração as limitações físicas da instituição, como espaço de exibição, capacidade de armazenamento e recursos disponíveis para a conservação e manutenção das obras. Isso pode influenciar a quantidade além do tipo de obras a serem incluídas na coleção permanente, bem como a possibilidade de empréstimos ou depósitos temporários;
- Definir a coleção permanente e outras categorias: com base na representação física e temática, por prioridade e nas considerações de espaço e recursos, decidindo quais obras serão incluídas na coleção permanente, considerando-as como peças centrais da instituição. Além disso, identificar as obras que possam ser para empréstimos ou depósitos temporários para exposições externas, colaborações ou outros projetos;
- Documentar e comunicar as decisões: registrando todas as decisões tomadas em relação à seleção e

priorização das obras. Mantendo uma documentação clara e organizada, incluindo informações sobre as obras selecionadas, seus critérios de seleção e as razões por trás das decisões tomadas. Comunicando essas decisões internamente na instituição e, quando relevante, para o público e colaboradores externos.

O trabalho de seleção e priorização das obras raras e especiais é um processo contínuo e pode exigir revisões periódicas à medida que novas aquisições são feitas e os objetivos da instituição evoluem, podendo ter flexibilidade e abertura para reavaliação.

Aquisição e Proveniência de Acervos Raros e Coleções Especiais

Ao estabelecer metas relacionadas à proveniência, as instituições buscam adquirir obras de fontes confiáveis e éticas. Isso pode envolver a exigência de documentação adequada, como certificados de autenticidade, registros de transações legais e comprovantes de procedência lícita. Essas práticas garantem a legitimidade das obras adquiridas, evitando problemas futuros e contribuindo para a preservação da integridade do acervo.

Diante disso, estabelecer objetivos em relação à proveniência também pode envolver o estudo e a pesquisa da história de propriedade das obras existentes no acervo. Isso pode revelar informações valiosas sobre a proveniência

e a trajetória das obras, permitindo uma compreensão mais profunda de sua importância cultural e histórica.

Logo, estabelecer objetivos relacionados à aquisição e proveniência de obras raras e especiais é essencial para garantir a qualidade, autenticidade e valor das obras adquiridas, bem como para promover a transparência e a ética na formação do acervo. Esses objetivos ajudam a direcionar a aquisição de obras relevantes, alinhadas com a missão da instituição, e a evitar aquisições de origem duvidosa ou ilícita, contribuindo para a preservação e promoção do patrimônio cultural.

A definição de metas e diretrizes nesses aspectos é essencial para garantir a qualidade, autenticidade e valor das obras adquiridas, além de promover a transparência e a ética na formação do acervo. A definição de objetivos relacionados à aquisição permite que uma instituição determine de forma estratégica quais obras deseja adquirir e incorporar à sua coleção. Isso envolve estabelecer critérios claros com a missão institucional que ajudam a orientar as decisões de aquisição, garantindo que as obras selecionadas contribuam efetivamente para a ampliação do conhecimento e enriquecimento do acervo.

Além disso, estabelecer diretrizes em relação à proveniência das obras raras e especiais é fundamental para garantir sua autenticidade e origem legal. A proveniência se refere ao histórico de propriedade da obra, desde sua criação até o momento atual. Estabelecer diretrizes claras em relação à proveniência ajuda a evitar a aquisição de

obras com origem duvidosa, como aquelas provenientes de saques, tráfico ilegal ou outras atividades ilícitas.

Ao estabelecer diretrizes para a aquisição de obras raras e especiais, pode garantir a integridade e autenticidade do acervo. Estabelecendo algumas recomendações, como:

- Definição de critérios de aquisição: determinando os critérios específicos que devem ser atendidos para adquirir uma obra rara ou especial, preferencialmente formalizados na política de desenvolvimento de coleções da unidade de informação atendida. Isso pode incluir a relevância histórica, valor artístico, raridade, conexão com o escopo da coleção, entre outros fatores relevantes para a sua instituição;
- Fontes confiáveis: identificando e estabelecendo relações com fontes confiáveis para adquirir obras raras e especiais. Isso pode incluir leilões especializados, vendedores credenciados, doadores, galerias de arte, outros museus ou instituições culturais renomadas. Verificando a reputação e autenticidade das fontes antes de adquirir qualquer material;
- Diligência Prévia (*Due diligence*): realizando uma pesquisa aprofundada sobre a proveniência e histórico das obras antes de adquiri-las. Verificando sua origem, histórico de propriedade, documentação legal e certificados de autenticidade, quando disponíveis. Isso ajuda a garantir que as obras sejam legalmente adquiridas e não sejam objeto de disputas ou controvérsias;

- **Orçamento e recursos:** estabelecendo um orçamento apropriado para aquisições de obras raras e especiais e definindo os recursos disponíveis. Considerando a possibilidade de buscar financiamento adicional por meio de doações, subsídios ou patrocínios para expandir a capacidade de aquisição;
- **Processo de aquisição:** desenvolvendo um processo formal de aquisição que inclua aprovações e revisões por parte da equipe curatorial, diretores ou comitês relevantes. Esse processo deve documentar todas as etapas, desde a identificação da obra até a finalização da aquisição, incluindo registros, contratos e acordos legais;
- **Avaliação especializada:** se necessário, envolvendo especialistas externos para avaliar e autenticar as obras antes da aquisição. Esse processo de avaliação independente pode fornecer uma opinião especializada sobre a autenticidade, estado de conservação e valor das obras;
- **Políticas de devolução e garantia:** estabelecendo políticas claras de devolução e garantia de obras negociadas, para casos em que a autenticidade ou condição da obra seja contestada após a aquisição. Isso protege a instituição de possíveis riscos e garante a confiança dos doadores, compradores e público em geral;
- **Procedimentos especiais para a recepção de doações:** as doações requerem cuidados diferenciados, já

que provém de bibliotecas pessoais e/ou outras unidades de informação, devido às questões de patrimonialização da obra rara. Os doadores ou seus representantes legais precisam renunciar formalmente à propriedade de obras raras, pois os documentos são passíveis de precificação.

A doação da obra rara pode gerar recibo, para abatimento em tributos, o que torna muito importante a perícia na avaliação. Como sugestão, pode-se vincular o processo de doação à uma opinião perita, custeada pela parte interessada. As obras raras e especiais encaminhadas de forma indistinta, entre um acervo doado, não serão de responsabilidade da unidade de informação, mas sim de seus curadores.

Cada instituição pode ter suas próprias particularidades e necessidades específicas. Assim, é importante adaptar essas diretrizes às circunstâncias e requisitos de cada instituição.

Conservação e Preservação de Acervos Raros e Coleções Especiais

A conservação e preservação de obras raras e especiais em uma instituição são de vital importância para garantir a integridade e longevidade cultural. Estabelecer critérios adequados nesse sentido é essencial para proteger as obras contra danos físicos, deterioração e perda, garantindo sua sobrevivência para as gerações futuras.

A definição de critérios de conservação e preservação visa estabelecer diretrizes e práticas que garantam a estabilidade ambiental e o cuidado apropriado das obras. Isso inclui a implementação de medidas preventivas, como controle ambiental de temperatura, umidade e iluminação, que são essenciais para preservar materiais sensíveis e evitar danos causados por condições ambientais desfavoráveis.

Além disso, os critérios de conservação também envolvem a adoção de técnicas adequadas de manuseio, embalagem, armazenamento e exposição das obras. O manuseio incorreto pode causar danos físicos irreversíveis, como rasgos, desgaste ou quebra de elementos delicados. A escolha de materiais de embalagem e armazenamento adequados é crucial para proteger as obras de agentes externos, como poeira, luz intensa e umidade excessiva.

Outro aspecto importante é o estabelecimento de programas regulares de conservação preventiva e intervenção. A conservação preventiva busca evitar a deterioração por meio de medidas de monitoramento, limpeza e manutenção periódica. No aspecto do acesso aos originais, a conservação preventiva se destina a garantir que o consulente não irá contaminar ou danificar o suporte físico da obra rara e/ou contaminar-se. Para tal, o uso de mobiliário adequado, EPI e a gestualidade no manuseio tem de ser mediadas ou acompanhadas por profissional do setor. Igualmente, o registro fotográfico ou por meio de scanners precisa de controle, já que a luz intensa descolore as impressões.

Já a conservação por intervenção se concentra em tratar problemas existentes, como danos estruturais, descoloração ou desprendimento de elementos. A implementação de tais programas garante a preservação contínua das obras e evita a progressão de danos ao longo do tempo.

Ao estabelecer critérios de conservação e preservação, as instituições também têm a oportunidade de envolver especialistas, como conservadores e restauradores, que possuem conhecimentos específicos e habilidades técnicas para lidar com os desafios de preservação de obras raras e especiais. Essa colaboração ajuda a garantir a aplicação de práticas adequadas e o uso de materiais e técnicas apropriados para a conservação das obras.

Em resumo, estabelecer critérios de conservação e preservação de obras raras e especiais em uma instituição é fundamental para proteger de danos e deterioração. Ao definir diretrizes de controle ambiental, manuseio adequado, embalagem, armazenamento e programas de conservação, as instituições asseguram a sobrevivência e a fruição dessas obras por parte das gerações presentes e futuras.

Ao estabelecer diretrizes para garantir a conservação adequada das obras raras e especiais, pode incluir o uso de ambientes controlados, manuseio cuidadoso, mobiliário, embalagem e armazenamento adequados, além de medidas de segurança para proteger contra danos e roubo.

Por meio da formalização das diretrizes para a conservação e preservação adequadas de obras raras e

especiais, assegurará a longevidade e a integridade. Aqui estão algumas diretrizes a serem consideradas:

- **Avaliação inicial:** realizando uma avaliação completa de cada obra rara e especial para identificar suas necessidades específicas de conservação. Isso pode incluir a contratação de especialistas em conservação para examinar cada obra individualmente e identificar possíveis problemas ou riscos;
- **Armazenamento adequado:** garantindo que as obras raras e especiais sejam armazenadas em condições ambientais ideais, assim como em embalagens neutras e mobiliário adequado. Considerando fatores como temperatura, umidade, luz e poluição. Utilizando estantes ou armários fechados para proteger as obras contra poeira, luz direta e mudanças bruscas de temperatura e umidade;
- **Controle ambiental:** monitorando e controlando regularmente as condições ambientais dentro das áreas de armazenamento das obras. Utilizando termômetros e higrômetros para monitorar a temperatura e a umidade, e implementando sistemas de controle ambiental, se necessário. Mantendo registros das condições ambientais para fins de referência e análise;
- **Manuseio adequado:** treinando a equipe responsável pelo manejo das obras raras e especiais sobre as melhores práticas de manuseio. Isso inclui o uso de EPI adequadas para cada tipo de material, manuseamento

cuidadoso para evitar danos físicos e a minimização da exposição das obras ao toque direto;

- Armazenamento apropriado: mobiliário adequado às dimensões e acomodações das obras raras e coleções especiais, além de materiais de embalagem e armazenamento de alta qualidade, livres de ácido, que não reajam quimicamente com as obras. Utilizando caixas, envelopes ou pastas adequadas para proteger as obras contra poeira, luz direta e agentes ambientais prejudiciais, como os bibliófagos;
- Limpeza regular: realizando limpezas mecânicas regulares das obras raras e especiais para remover poeira e sujeira acumuladas. Utilizando técnicas de limpeza suaves e não invasivas, como pincéis macios ou aspiradores de baixa sucção. Evitando o uso de produtos químicos que possam causar danos;
- Controle de bibliófagos: implementando medidas de prevenção e controle de bibliófagos para proteger as obras de danos causados por microrganismos, insetos e roedores. Mantendo as áreas de armazenamento limpas e livres de alimentos, utilizando armadilhas ou barreiras físicas adequadas e, se necessário, consultando especialistas em controle de pragas. É vetado o uso de venenos ou outros agentes químicos, que podem alterar as condições físicas das obras raras;
- Monitoramento regular: realizando verificações regulares do estado de conservação das obras

para identificar qualquer sinal de deterioração, danos ou necessidades de conservação. Isso pode incluir a observação visual, fotografias ou o uso de equipamentos especializados, como microscópios;

- Tratamento de conservação: em caso de necessidade de restauro, como reparos de danos ou estabilização de materiais, os conservadores profissionais qualificados, deverão ser consultados. Eles poderão fornecer orientação especializada e realizar os tratamentos necessários de acordo com os padrões e ética profissional;
- Registro e documentação: mantendo os registros detalhados de todas as ações de conservação e restauro realizadas em cada obra, incluindo limpezas, tratamentos, reparos e monitoramento;
- Manutenção e conservação preventiva: estabelecendo um programa de manutenção regular para verificar as condições das obras, incluindo inspeções visuais, limpeza suave e reparos menores, se necessário. Identificando áreas de fragilidade e tomando medidas para estabilizá-las ou protegê-las de danos adicionais;
- Plano de emergência: desenvolvendo um plano de emergência que inclua medidas para lidar com incêndios, inundações, desastres naturais e outros eventos imprevistos que possam afetar as obras raras e especiais. Isso deve incluir procedimentos de evacuação, salvamento de obras e contato com especialistas em conservação;

- Treinamento e educação continuada: fornecendo treinamento contínuo à equipe sobre práticas atualizadas de conservação e preservação. Mantendo-se atualizado com as melhores práticas.

Organização Física de Acervos Raros e Coleções Especiais

A organização física de um acervo de obras raras e coleções especiais desempenha um papel essencial na preservação, acesso e fruição dessas peças culturais. A forma como as obras são organizadas e armazenadas em uma instituição impacta diretamente sua conservação, identificação, pesquisa e disponibilidade para o público.

A importância da organização física reside na proteção das obras contra danos e deterioração. Ao criar sistemas de armazenamento adequados, como estantes, caixas, pastas ou envelopes especiais, é possível minimizar os riscos de desgaste, rasgos, umidade, luz excessiva e contaminação. Isso contribui para a preservação a longo prazo das obras, garantindo que elas sejam transmitidas para as futuras gerações em condições adequadas.

Além disso, uma organização física eficiente facilita a identificação e a localização das obras dentro do acervo. Ao atribuir um sistema de representação descritiva, como numeração, categorias temáticas ou ordenação cronológica, é possível encontrar rapidamente uma obra específica ou

percorrer o acervo de forma sistemática. Essa organização auxilia na gestão eficiente do acervo e no acesso mais ágil para pesquisadores, estudiosos e demais interessados.

A organização física também contribui para a pesquisa e o estudo das obras raras e especiais. Ao criar catálogos, inventários ou bancos de dados que registrem informações detalhadas sobre cada obra, como título, autor, data, proveniência e características físicas, é possível realizar pesquisas mais precisas e aprofundadas. Isso facilita a investigação acadêmica, a contextualização histórica e a análise comparativa de obras, enriquecendo o conhecimento e a compreensão.

Outro benefício da organização física é a promoção do acesso e da fruição pública das obras. Ao estabelecer uma estrutura clara e eficiente, as instituições podem facilitar a visitação, exposição e empréstimo controlado de obras raras e especiais. Isso permite que um público mais amplo tenha a oportunidade de apreciar, estudar e se inspirar com essas obras, enriquecendo sua experiência cultural, tal como ampliando o diálogo entre o patrimônio cultural e a sociedade.

Desse modo, a organização física de um acervo de obras raras e coleções especiais é crucial para a preservação, identificação, pesquisa e acesso à informação. Ao implementar sistemas de armazenamento adequados, criar sistemas e registro detalhados, as instituições garantem a conservação das obras, facilitam sua pesquisa e disponibilizam seu conteúdo de forma acessível e enriquecedora para o público em geral.

Para planejar a disposição física das obras raras e especiais no espaço designado, deve considerar fatores como iluminação adequada, acesso conveniente, espaço suficiente para manuseio seguro e exposições, além de sistemas de armazenamento que garantam a proteção das obras. Para isso se faz necessário as seguintes informações:

- Avaliar o espaço disponível: analisando o espaço físico designado para o acervo de obras raras e coleções especiais. Verificando as dimensões do espaço e identificando quaisquer restrições arquitetônicas, como colunas, janelas ou áreas com pouca ou muita iluminação;
- Considerar as necessidades de armazenamento: determinando se o espaço disponível é adequado para armazenar todas as obras raras e especiais de forma segura e adequada. Verificando se há prateleiras, armários ou estantes suficientes para acomodar o tamanho e o peso das obras, levando em consideração suas necessidades específicas de conservação;
- Agrupar por categorias: agrupando as obras raras e especiais com base em categorias ou temas semelhantes. Isso pode incluir unir obras por período histórico, movimento artístico, autor, assunto ou qualquer outra classificação relevante. Essa abordagem facilitará a navegação do acervo e a localização de obras específicas;
- Estabelecer um sistema de numeração ou codificação: atribuindo a cada prateleira, estante ou local de

armazenamento um número ou código único para facilitar a localização das obras. Utilizando um sistema lógico e claro que seja compreensível para todos os envolvidos na curadoria e organização do acervo;

- Fluxo de movimentação das obras: planejando o fluxo de movimentação das obras dentro do espaço designado. Considerando a facilidade de acesso às obras, a necessidade de espaço para manuseio e a possibilidade de reorganização ou expansão futura do acervo;
- Iluminação adequada: certificando-se de que o espaço tenha iluminação adequada para exibir as obras raras e especiais de forma segura e apropriada. Evitando a exposição direta à luz solar ou a fontes de luz intensas que possam causar danos às obras ao longo do tempo. Considerando a instalação de iluminação específica para destacar as obras de maneira adequada;
- Plano de emergência: desenvolvendo um plano de emergência para proteger as obras raras e especiais em caso de desastres naturais, incêndios ou outras situações de risco. Identificando rotas de evacuação, locais de armazenamento seguro de obras em caso de emergência e instruções claras para a equipe responsável;
- Acessibilidade e segurança: certificando-se de que o espaço seja acessível para pessoas com deficiência e atenda a todas as normas de segurança necessárias. Isso inclui a instalação de rampas, corrimãos, sinalização adequada e sistemas de segurança para proteger as obras contra roubos ou danos acidentais;

- Documentação e registro de localização: mantendo um registro atualizado da localização de cada obra no espaço designado. Isso pode ser feito através de um sistema de inventário digital ou manual, fornecendo informações precisas sobre a posição de cada obra no acervo;
- Revisão e reorganização periódica: realizando revisões periódicas da disposição física das obras.

Ergonomia e Utilização de EPI no Manejo de Acervos de Obras Raras e Coleções Especiais

A ergonomia e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) no manuseio e preservação de um acervo de obras raras e coleções especiais são aspectos fundamentais para garantir a segurança e integridade das peças, bem como a saúde e bem-estar dos profissionais envolvidos nesse trabalho delicado.

A ergonomia, que se refere ao estudo da interação entre o ser humano e seu ambiente de trabalho, desempenha um papel crucial na prevenção de lesões e no cuidado da saúde dos profissionais que lidam com as obras. Ao aplicar princípios ergonômicos, como a adequação do mobiliário, organização do espaço de trabalho e uso de técnicas corretas de levantamento e movimentação de cargas, é possível minimizar o risco de lesões musculoesqueléticas como a fadiga, estresse físico, logo, propiciará um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Além disso, o uso adequado de EPI é essencial para garantir a segurança e minimizar os riscos associados ao manuseio e conservação das obras raras e especiais. Dependendo das necessidades específicas, os EPI podem incluir luvas, aventais, máscaras, óculos de proteção e outros dispositivos de segurança. Esses equipamentos são projetados para proteger os profissionais contra ameaças como produtos químicos, poeira, produtos de limpeza, contaminantes biológicos e outros perigos potenciais.

A utilização adequada de equipamentos e procedimentos seguros também contribui para a preservação das obras, evitando a transferência de óleos, suor ou outras substâncias corporais para as peças. Como também, podem ajudar a minimizar os danos causados por acidentes, como quedas ou impactos acidentais.

Ao promover a ergonomia e o uso correto de EPI, as instituições que cuidam de acervos de obras raras e coleções especiais demonstram um compromisso com a saúde e segurança de seus profissionais, bem como com a proteção e preservação desses tesouros culturais. Essas práticas garantem a continuidade das atividades de curadoria e conservação, ao mesmo tempo em que protegem o patrimônio cultural para as próximas gerações.

Logo, ao adotar princípios ergonômicos e fornecer equipamentos de proteção individual adequados, as instituições promovem um ambiente de trabalho seguro e saudável, minimizam os riscos de danos às obras e demonstram um compromisso com a proteção do patrimônio cultural.

Diante disso algumas diretrizes são importantes para garantir o manuseio adequado de obras raras e especiais, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI):

- **Treinamento:** certificando-se de que os profissionais responsáveis pelo manuseio das obras raras e especiais recebam treinamento adequado em técnicas de conservação e manuseio seguro. Isso pode incluir cursos específicos sobre a manipulação desse tipo de material;
- **Ambiente controlado:** mantendo as obras raras em um ambiente controlado, com condições adequadas de temperatura, umidade e iluminação. Isso ajudará a prevenir danos causados por condições ambientais adversas;
- **Luvras:** utilizando luvas de algodão, luvas de nitrilo ou outros materiais adequados no manejo no cotidiano e consulta, para não tocar diretamente na obra. Ao tomar medidas de limpeza mecânica, higienização, banho ou restauro de obras raras e especiais, evitará que as mãos entrem em contato direto com o material, protegendo-o de suor, oleosidade ou outras substâncias prejudiciais;
- **Máscaras:** em alguns casos, pode ser necessário o uso de máscaras de proteção respiratória, especialmente ao lidar com materiais antigos que possam conter microrganismos agregados à poeira, ou exalar substâncias tóxicas. Por isso, existe uma gradação a ser considerada por meio de orientação

de um profissional de saúde: máscaras de pano, máscaras cirúrgicas, máscaras com filtragem de carbono, *face-shield*, entre outras opções. A tipologia da máscara deve ser estabelecida em harmonia com as condições e equipamentos disponíveis no ambiente de conservação, tais como: capelas de exaustão, mesa aspiradora, exaustores, ultra-freezers, micro-ondas, entre outros;

- Aventais ou jalecos: em certas situações, ao lidar com materiais frágeis ou com possibilidade de liberação de partículas, é recomendável o uso de aventais ou jalecos de proteção;
- Cuidado ao manusear: ao manusear obras raras, evita-se comer, beber ou usar maquiagem, pois isso pode causar contaminação. Além disso, pode-se ter cuidado ao usar canetas ou lápis próximos aos materiais para evitar danos acidentais;
- Embalagem adequada: ao movimentar ou transportar obras raras, utilize embalagens adequadas, como caixas de armazenamento feitas de materiais não ácidos, que forneçam suporte e proteção adequados.

Lembrando que essas diretrizes são apenas uma orientação geral e podem variar dependendo do tipo de obra rara ou especial que está sendo manuseada. É sempre recomendável consultar especialistas em conservação e preservação para obter orientações específicas.

Restauro de Obras Raras e Especiais

O processo de restauração de obras raras e especiais desempenha um papel fundamental nas instituições responsáveis pela guarda desse valioso acervo. A restauração visa preservar, estabilizar e recuperar a integridade física e estética dessas obras, permitindo que elas sejam apreciadas e estudadas em sua forma original, além de garantir sua durabilidade a longo prazo.

A restauração de obras raras e especiais envolve uma abordagem multidisciplinar, que combina conhecimentos técnicos, científicos e artísticos. Profissionais especializados, como conservadores e restauradores, aplicam métodos e técnicas cuidadosamente selecionados para tratar problemas específicos, como descoloração, desgaste, danos estruturais, infestação por insetos, entre outros.

O processo de restauração começa com uma análise detalhada da obra, incluindo sua história, características materiais e estado de conservação. Com base nessa avaliação, são desenvolvidos planos e estratégias de intervenção, levando em consideração a importância histórica e estética da obra, bem como os princípios éticos e científicos da conservação.

Durante a restauração, são utilizadas técnicas e materiais adequados para estabilizar e reparar danos, com o objetivo de preservar ao máximo a autenticidade e integridade original da obra. Isso pode envolver a limpeza cuidadosa de camadas de sujidade, remoção de adesivos

antigos, fixação de rasgos ou lacunas, reforço de estruturas frágeis e reintegração de áreas danificadas.

É importante ressaltar que o processo de restauração deve ser realizado com o máximo de reversibilidade possível, ou seja, deve ser feito de forma a permitir que futuras intervenções possam ser realizadas sem prejudicar a obra original. Esse cuidado é essencial para preservar a autenticidade e a história da obra, evitando alterações irreversíveis que possam comprometer seu valor cultural e histórico.

Ao final do processo de restauração, as obras são documentadas de forma detalhada, registrando todas as intervenções realizadas e os materiais utilizados. Essa documentação é fundamental para a compreensão futura da história da obra e auxilia na tomada de decisões sobre sua conservação e exposição.

Em resumo, o processo de restauração de obras raras e especiais desempenha um papel essencial na preservação e fruição desse acervo. Por meio de uma abordagem técnica e científica, profissionais especializados trabalham para estabilizar, reparar e restaurar as obras, garantindo sua longevidade e valor cultural. A restauração, quando realizada com cuidado e conhecimento, permite que essas obras sejam apreciadas e estudadas em sua forma original, enriquecendo nosso patrimônio cultural e fortalecendo o vínculo entre as gerações passadas, presentes e futuras.

Normalmente, a ação de restauro requer a formação ou contratação de equipes peritas. O investimento em consumíveis, mobiliários e equipamentos de aplicabilidade

ou de proteção individual. Sendo assim, convém verificar a conveniência da contratação do serviço de terceiros para a execução do restauro.

Ao realizar a restauração de obras raras e especiais, é essencial considerar cuidadosamente os materiais utilizados, levando em conta os critérios de conservação e preservação. Aqui estão alguns critérios importantes a serem considerados na escolha dos materiais de restauração:

- **Reversibilidade:** os materiais escolhidos devem ser reversíveis, ou seja, capazes de serem removidos sem causar danos à obra original, caso seja necessário no futuro. Isso permite que futuros conservadores tenham flexibilidade de realizar diferentes abordagens de conservação, se necessário;
- **Estabilidade:** os materiais devem ser quimicamente estáveis e não causar deterioração adicional ao longo do tempo. Eles devem resistir a mudanças ambientais, como variações de temperatura e umidade, e não reagir com outros materiais presentes na obra;
- **Compatibilidade:** é fundamental que os materiais escolhidos sejam compatíveis com os materiais originais da obra, garantindo que não ocorram reações indesejáveis ou danos durante o processo de restauração. Isso inclui considerar a compatibilidade física e química dos materiais;
- **Durabilidade:** os materiais de restauração devem ser duráveis o suficiente para suportar o teste do tempo e resistir ao desgaste normal. Eles devem ser capazes

de manter suas propriedades ao longo do tempo, sem causar danos adicionais à obra;

- **Transparência:** caso seja necessário usar adesivos, colas ou outros materiais para unir partes da obra, é importante a escolha de materiais que sejam transparentes e não interfiram na visibilidade da obra. A transparência é especialmente relevante em obras de arte em papel ou documentos;
- **Testes e pesquisa:** antes que se aplique qualquer material de restauração em uma obra rara, é recomendável realizar testes preliminares em áreas pequenas e pouco visíveis para avaliar a compatibilidade e o impacto do material na obra.

É importante ressaltar que a restauração de obras raras e especiais é um trabalho especializado que requer conhecimentos técnicos e habilidades específicas. É sempre recomendável envolver profissionais qualificados e experientes em conservação e restauração para realizar esse tipo de trabalho, seguindo as práticas recomendadas e diretrizes estabelecidas.

Gestão de Duplicadas de Obras Raras e Especiais

A gestão de duplicidade de obras raras e especiais em uma instituição de origem é uma questão de grande importância no gerenciamento eficiente desse tipo de acervo. A presença de cópias ou versões semelhantes de uma

mesma obra pode trazer desafios e requer uma abordagem cuidadosa para garantir a integridade e a acessibilidade das peças, além de otimizar o espaço disponível. É importante salientar que a obra rara sempre possui valor de mercado, independentemente de seu estado físico. Assim, não existe desbaste, nem descarte em acervos de obras raras e coleções especiais, pois não se joga dinheiro no lixo.

A duplicidade de obras raras e especiais pode ocorrer por diversos motivos, como múltiplas edições, cópias feitas por diferentes artistas ou até mesmo doações de obras já presentes no acervo. Nesse sentido, a gestão adequada dessas duplicidades envolve a análise minuciosa de cada obra para identificar suas características únicas, proveniência e importância histórica ou artística.

Ao identificar obras duplicadas, a instituição precisa decidir qual delas será mantida como parte do acervo principal, levando em consideração critérios como estado de conservação, relevância histórica, raridade e representatividade. Essa seleção cuidadosa permite concentrar esforços de preservação, restauração e catalogação na obra escolhida, otimizando recursos e espaço físico disponível.

Além disso, a gestão de duplicidades envolve a definição de políticas claras para lidar com obras duplicadas que não fazem parte do acervo principal. Essas obras podem ser destinadas a outros fins, como exposições itinerantes, doações e trocas com outras instituições ou até mesmo vendas autorizadas, desde que alinhadas com as políticas de gestão de acervo.

É importante ressaltar que a gestão de duplicidade deve ser feita com transparência e rigor documental. É fundamental manter registros detalhados sobre as obras duplicadas, incluindo informações sobre sua origem, data de aquisição e destinação, garantindo a rastreabilidade e a prestação de contas.

A gestão adequada da duplicidade de obras raras e especiais em uma instituição de origem contribui para uma coleção mais focada, significativa e eficiente. Ela permite que recursos sejam direcionados para as obras mais relevantes e que o acervo seja organizado de maneira coerente e acessível. Além disso, a gestão da duplicidade também permite ampliar a colaboração e o intercâmbio com outras instituições, fortalecendo a difusão e o conhecimento das obras de maneira mais ampla.

Em resumo, a gestão de duplicidade de obras raras e especiais em uma instituição de origem é uma tarefa desafiadora e importante. Ao analisar cuidadosamente cada obra, tomar decisões embasadas em critérios relevantes e estabelecer políticas claras, a instituição pode otimizar a gestão de seu acervo, garantindo a preservação, a acessibilidade e o impacto cultural dessas valiosas peças.

É crucial compreender que não existe um descarte apropriado de uma obra rara, pois descartar seria um desrespeito ao seu valor histórico e artístico, além de causar prejuízos financeiros consideráveis, possuem valor comercial. O descaso com a obra rara fere o decoro profissional dos responsáveis pela guarda e prejudica o erário

público pois são patrimônios que devem ser preservados para as próximas gerações.

Se uma instituição possuir obras raras repetidas, é recomendável considerar as seguintes opções:

- Avaliação das condições das obras: verificar o estado de conservação de cada exemplar. Algumas cópias podem estar em melhores condições do que outras, e é importante escolher a cópia de melhor qualidade para preservação e acesso;
- Priorização do exemplar mais completo ou único: se houver diferenças entre as cópias repetidas, como anotações marginais únicas, encadernações especiais ou variantes significativas, pode ser apropriado preservar o exemplar que tenha características distintivas ou conteúdo exclusivo;
- Consideração do valor histórico ou cultural: se uma cópia repetida tiver um valor histórico ou cultural particularmente importante, mesmo que não seja a melhor conservada, pode ser valioso mantê-la como parte do acervo da instituição, especialmente se houver histórico de uso ou proveniência significativa associada a essa cópia específica. O caso clássico é o da inserção de *ex- libris*, dedicatórias e anotações internas;
- Venda ou permuta: em alguns casos, se as cópias repetidas não apresentarem diferenças significativas ou se estiverem em condições precárias, pode ser considerada a opção de vender ou permutar os itens para outra instituição, como uma biblioteca

de preservação especializada, que possa melhor acomodar os materiais ou realizar tratamentos de conservação. Isso implica em procedimento jurídico, pois trata-se de patrimônio.

É importante lembrar que a decisão sobre o que fazer com cópias raras repetidas deve ser tomada com base em considerações curatoriais, de preservação e disponibilidade de recursos da instituição, bem como em conformidade com as políticas e regulamentos internos e as melhores práticas reconhecidas na área de conservação de obras raras. Desse modo, devem ser consideradas nas decisões de venda ou permuta, os seguintes princípios:

- Avaliação das políticas institucionais: verificar as políticas da instituição em relação à patrimonialização de bens. Muitas instituições possuem diretrizes específicas para a gestão de bens de obras raras, incluindo os procedimentos a serem seguidos e as exigências legais a serem cumpridas;
- Consulta a especialistas: procure orientação de especialistas em conservação e biblioteconomia para avaliar as obras a serem descartadas. Eles podem fornecer percepções sobre o valor histórico, cultural, comercial ou bibliográfico das obras, além de ajudar a identificar possíveis destinos adequados para elas;
- Consideração de outras instituições: acessar contato com outras instituições, como bibliotecas especializadas, arquivos ou museus, para verificar se estão interessadas nas obras a serem disponibilizadas.

Essas instituições podem estar em busca de materiais específicos para complementar seus acervos;

- Cumprimento das regulamentações legais: verificar as regulamentações locais, regionais e nacionais em relação à disponibilização de obras raras. Algumas obras podem estar protegidas por direitos autorais, exigindo procedimentos específicos. Além disso, algumas jurisdições podem ter requisitos legais relacionados à doação, venda ou permuta de bens culturais;
- Documentação adequada: manter registros detalhados de todo o processo de venda ou permuta, incluindo documentação fotográfica, descrição das obras, datas e assinaturas relevantes. Esses registros podem ser necessários para fins de prestação de contas e conformidade legal.

É fundamental seguir as regulamentações específicas do local e obter aconselhamento jurídico, se necessário, para garantir que operações de venda, doação ou permuta sejam feitas de forma legal e responsável.

Identificação Física de Obras Raras e Especiais

A identificação física de obras raras e especiais desempenha um papel crucial na gestão e preservação. Através da identificação física, é possível atribuir características únicas a cada obra, registrar informações relevantes, estabelecer um sistema eficiente de organização

e localização das peças dentro da instituição. No futuro, arquivos natos digitais também virão a ser alvo deste tipo de identificação e curadoria, o que já vem sendo previamente estudado nos coletivos de especialistas brasileiros, em comunidades digitais como a Rede Cariniana do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

A identificação física envolve a análise detalhada de cada obra, considerando aspectos como formato, dimensões, encadernação, material de suporte, técnicas de impressão, marcações, selos, carimbos e qualquer outra particularidade física que a distingue de outras obras. Essas características físicas fornecem pistas valiosas sobre a origem, autenticidade, datação e proveniência das obras, contribuindo para a sua identificação e catalogação precisa.

Além disso, a identificação física permite estabelecer sistemas de descrição e codificação que facilitam a localização das obras no acervo. Ao atribuir números, códigos ou etiquetas únicas a cada obra, é possível criar um registro organizado e sistemático, possibilitando a recuperação rápida e eficiente das peças quando necessário.

A identificação física também desempenha um papel fundamental na segurança e na prevenção de furto ou falsificação de obras raras e especiais. Através de marcas de identificação exclusivas, selos de autenticidade ou outros dispositivos de segurança, é possível proteger as obras e dificultar a sua comercialização ilegal.

Assim, a identificação física das obras raras e especiais é uma ferramenta essencial para a pesquisa e o estudo

acadêmico. Ao registrar detalhadamente as características físicas de cada obra, os pesquisadores podem realizar estudos comparativos, análises materiais e estudos de proveniência, enriquecendo o conhecimento sobre as obras e a sua contextualização histórica.

Portanto, a identificação física de obras raras e especiais é fundamental para identificação através da análise e registro das características físicas únicas de cada obra, é possível estabelecer sistemas eficientes de organização, localização e segurança das peças. Além disso, a identificação física contribui para a pesquisa e o estudo aprofundado dessas obras, ampliando nosso entendimento e apreciação do patrimônio cultural que elas representam.

Para que seja preservada ao máximo a estrutura física da obra rara ou de coleções especiais, a preferência de sinalização é o etiquetamento em um marcador cartonado, que é acomodado dentro da obra e deve ser pelo menos 5 centímetros maior do que o comprimento da lombada. No jargão bibliotecário, este marcador que suporta a etiqueta e, eventualmente, alguma observação sobre o exemplar, se dá o nome de “fantasma”. Contudo, alguns arranjos ou decisões de GD levam a equipe a concluir como procedimentos mais seguros: o etiquetamento da pacotilha ou o etiquetamento diretamente sobre a lombada.

Ao colocar etiquetas em obras raras, é importante tomar precauções para garantir que a integridade do material não seja comprometida, caso seja inevitável a sua fixação às obras. Sempre dar preferência ao uso de marcadores

cartonados sem fixação. Aqui estão algumas diretrizes para etiquetar obras raras sem causar danos:

- Escolha de etiquetas de baixa aderência: as etiquetas de baixa aderência, especialmente projetadas para materiais sensíveis, como obras raras, são providenciadas para serem facilmente removíveis, minimizando o risco de danos à superfície da obra;
- Posicionamento cuidadoso: a utilização da etiqueta em uma área discreta da obra, como a parte inferior da capa, o verso de uma página ou a margem branca, evitando colocar a etiqueta sobre o texto, ilustrações ou áreas delicadas que possam ser facilmente danificadas;
- Proteção da superfície: antes da aplicação da etiqueta, considera usar uma proteção intermediária, como uma pequena tira de papel de seda sem ácido, colocada entre a etiqueta e a obra. Isso ajudará a minimizar o contato direto entre a etiqueta e a superfície da obra;
- Etiquetas removíveis: a certificação de utilizar etiquetas são projetadas para serem facilmente removidas, sem deixar resíduos adesivos ou causar danos à obra. Evite o uso de etiquetas permanentes ou adesivos agressivos;
- Aconselhamento profissional: caso houver dúvida sobre a melhor forma de etiquetar uma obra rara específica, é recomendável buscar a orientação de um especialista em conservação de documentos com experiência em preservação de materiais raros.

Eles poderão fornecer orientações mais precisas com base na natureza do material e nas melhores práticas de preservação.

Lembrando que qualquer intervenção em uma obra rara deve ser feita com cuidado e consideração, sempre priorizando a preservação.



CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA GESTÃO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS

Nessa vasta diversidade cultural e natural que compõe o nosso mundo, existem objetos raros que carregam consigo significados profundos, histórias únicas e valores incalculáveis. Para capturar a essência dessas obras, a humanidade recorreu a manuais internacionais de representação. Esses documentos desempenham um papel de suma importância ao estabelecer diretrizes para a descrição, preservação e comunicação desses objetos, garantindo que sua homenagem e significado sejam transmitidos às gerações presentes e futuras.

No cenário global, a preservação e a representação de obras raras têm sido uma tarefa de grande importância para a comunidade acadêmica, os pesquisadores e os amantes da cultura. Para alcançar esse objetivo, as práticas internacionais desempenham atuação importante, fornecendo orientações e diretrizes rigorosas para a correta documentação e interpretação desses documentos. Dois exemplos notáveis são o Manual da *Association of College & Research Libraries* (ACRL) e o Manual do *International Standard Bibliographic Description* (ISBD).

O Manual da ACRL é um recurso indispensável para aqueles envolvidos na catalogação e representação de obras raras no ambiente acadêmico. Criado pela Associação de Bibliotecas Universitárias e de Pesquisa, esse manual oferece um conjunto abrangente de diretrizes para a descrição de materiais raros e valiosos presentes nas coleções das instituições de ensino superior. Desde manuscritos antigos até gravuras históricas, o Manual da ACRL orienta os bibliotecários e catalogadores a capturar detalhes essenciais e informações contextualizadas que preservam a singularidade

dessas obras, permitindo o acesso e a pesquisa futura.

Outro documento importante nesse cenário é o Manual do ISBD de Messina-Ramos, que se concentra nas normas de descrição bibliográfica para diversas formas de materiais, incluindo obras raras. As normas ISBD são internacionalmente reconhecidas como diretrizes padronizadas para a catalogação, garantindo a conformidade e precisão das informações personalizadas nos registros bibliográficos. O manual de Messina-Ramos contribui especificamente para uma representação eficaz de obras raras em bibliotecas e sistemas de informação, promovendo uma abordagem harmonizada em escala global.

Esses manuais não apenas estabelecem padrões técnicos, mas também promovem uma compreensão mais profunda do valor cultural e histórico dessas obras. Eles capacitam profissionais da informação a preservar a proteção e a riqueza intelectual de objetos raros, permitindo que o conhecimento contido neles seja transmitido a públicos amplos e diversos.

Logo, o Manual da ACRL e o Manual do ISBD de Messina-Ramos representam exemplos de como a comunidade global está empenhada em preservar, representar e compartilhar o patrimônio cultural e acadêmico por meio de diretrizes rígidas. Essas mãos direcionam para garantir que obras raras continuem a inspirar e enriquecer nossa compreensão do passado e do presente.

Esses manuais abrangem uma ampla gama de campos, incluindo arqueologia, arte, história natural, cultura material e

muito mais. Eles servem como ferramentas essenciais para especialistas, investigadores, curadores e conservadores, bem como para aqueles que se interessam por apreciar e compreender a diversidade cultural e a riqueza do nosso patrimônio global.

Um dos mais notáveis manuais internacionais é aquele dedicado à representação de artefatos arqueológicos. Este documento define padrões rigorosos para documentar e ilustrar objetos que contam como histórias de civilizações antigas, preservando detalhes minuciosos que podem ser perdidos com o tempo. Ao seguir essas diretrizes, os especialistas podem criar registros visuais precisos, permitindo que as futuras gerações compreendam as nuances dessas manufaturas e os contextos em que foram produzidos.

Outra área fundamental é a representação de obras de arte raras e preciosas. Manuais dedicados a essa disciplina fornecem orientações para capturar a estética, a textura e a intenção do artista, garantindo que as peças sejam personalizadas com fidelidade. Esses manuais têm grande importância em leilões, catálogos de museus e exposições, permitindo que o público de todo o mundo aprecie a beleza e o valor dessas obras-primas.

Além disso, os manuais de representação de objetos raros também abordam a utilização de tecnologias emergentes, como a digitalização e a realidade virtual, para criar experiências imersivas que permitem uma compreensão mais profunda e acessível. Essas inovações auxiliam na preservação do patrimônio e na disseminação do

conhecimento em escala global.

Assim, os manuais internacionais de representação de objetos raros são instrumentos fundamentais para a preservação e divulgação do patrimônio cultural e natural da humanidade. Eles oferecem um guia para a documentação precisa e a interpretação desses objetos.

A prática de gestão se tornou um desafio constante para as coleções de obras raras e especiais. Em todos os contextos da sociedade onde pesquisadores estão presentes, há também a necessidade legal de compartilhar informações de acordo com os princípios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação (LAI), (Brasil, Lei Federal nº 12.527/2011) que estabelece o direito de acesso à informação de forma transparente, clara e em linguagem compreensível, e na Lei de Digitalização de Documentos (Brasil, Lei nº 10.278/2008), que estabelece as técnicas e requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, para que os documentos digitalizados tenham os mesmos efeitos legais que os documentos originais.

A Gestão Documental, embora geralmente desenvolvida e aplicada a documentos de arquivo, também pode ser aplicada à gestão de obras raras e coleções especiais, seguindo critérios documentais específicos. A atual aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, Lei nº 13.709 de 23 de abril de 2018) destina-se a proteger dados sensíveis de pessoas e instituições mencionadas nos conteúdos de obras raras e coleções especiais. Da mesma forma, a Lei de Direitos Autorais (Brasil, Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de

1988), em vigor desde 1988, garante a proteção dos direitos autorais e regula a reprodução, alteração e distribuição de obras intelectuais. Muitas vezes restringirá o acesso digital, respeitando os períodos de detenção dos direitos do autor ou do legítimo herdeiro.

Portanto, a GD é uma preocupação constante devido aos aspectos documentais e legais envolvidos nessas fontes de informação. Todas essas questões precisam estar claramente descritas e aplicadas na Política de Gestão, que estabelecerá os princípios gerais pelos quais esses acervos serão adequadamente tratados pelos bibliotecários e equipes multidisciplinares que trabalham em cooperação com a curadoria.

No entanto, os esforços de digitalização são desperdiçados quando os princípios de OCI não são aplicados adequadamente a esses novos meios de informação. Segundo Oliveira, Almeida e Silva (2018, p. 3), isso é um ponto essencial a ser considerado.

Para que a informação possa estar disponível ao usuário são fundamentais critérios de organização. Dentre estes critérios, temos a elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções, que contribuem para um melhor controle do acervo, evitando acúmulo de material que não participa do propósito da instituição.

Explorar os conceitos e práticas especializadas da Ciência da Informação (CI), com foco nos campos profissionais da Biblioteconomia e Documentação, é primordial. A compreensão fundamental dos elementos de informação que serão organizados, levando em consideração

o formato dessas obras, bem como o seu valor como fonte de informação. Conforme afirmado por Valentim (2008, p. 8):

Considera-se que a gestão da informação enfoca os fluxos formais do ambiente organizacional, ou seja, o que está sistematizado, formalizado, explicitado em qualquer tipo de suporte (eletrônico, digital, papel etc.), e a gestão do conhecimento enfoca os fluxos informais do ambiente organizacional, ou seja, o que não está explicitado, formalizado, sistematizado (cultura, comunicação, comportamento, aprendizagem, valores, práticas etc).

Para determinar se uma obra é considerada rara, há vários aspectos aos quais cada bibliotecário deve estar atento. Esses aspectos variam entre profissionais, especialmente quando a instituição não fornece diretrizes claras que abranjam essa definição. Além de obras bibliográficas, outros formatos também podem ser incluídos nesse grupo. No entanto, de forma geral, as obras raras possuem uma ou mais características distintivas. Conforme descrito por Reifschneider (2018, p. 68-69), essas características podem incluir:

Vinculação com personagem cultural, histórico ou político;
Primeiras edições e últimas edições revistas de obras significativas em suas respectivas áreas;
Livros renegados pelo autor, que chegam mesmo a recolhê-los e destruí-los;
Edições clandestinas e censuradas (tiragens não autorizadas, publicações comunistas nos períodos de ditadura);
Fotografias originais (todas, sejam daguerreótipos, de albumina, ou as atuais, necessitam de cuidados específicos), cartões postais antigos, com vistas que não mais

existem; desenhos e pinturas de escritores e artistas relevantes;

Manuscritos e trabalhos monográficos originais de personalidades importantes ou de temas relevantes, bem trabalhados: monografias, dissertações e teses;

Tiragens reduzidas; livros publicados por Confrarias e de forma artesanal, mesmo que sem indicação de tiragem, dificilmente são impressos em grande quantidade; Aspectos gráficos, tipográficos: ilustrações de artistas de renome, reproduzidas de forma considerada artística (Xilogravura - madeira, Alcogravura – cobre, Litografia - pedra), coloridas à mão; impressão cuidadosa, bem composta.

De acordo com Souza (2014), os estudos bibliológicos funcionam na análise de obras raras e coleções especiais em geral. Eles permitem a identificação da raridade no contexto histórico e local de produção e edição das obras, bem como oferecem a oportunidade de incorporar elementos históricos durante o estudo. Souza (2014, p. 15) afirma:

A análise bibliológica inicia com a visualização de todo o livro, como o suporte, a parte física do material. Rodrigues (2007) considera que “Análise Bibliológica, como recurso de preservação e salvaguarda, exige o conhecimento do livro raro sob o ponto de vista da sua materialidade”. O conhecimento dessa materialidade fornece ao bibliotecário informações relativas à forma da impressão do livro e de como foi elaborado, podendo ser um incunábulo, ou até um livro mais moderno com características especiais de editoração. Para o conteúdo do livro, a análise tem que ser feita por completo, página por página, em que cada exemplar é único para a descrição de um livro raro. Deve ser observado

todo o conjunto descritivo do livro, tal como procede ao bibliotecário em relação à folha de rosto, ao observar cada elemento, como o cabeçalho, parágrafo, notas em corandel, letra capitular e toda característica diferenciada que compõe o documento.

A definição de uma data específica para delimitar uma obra como rara é uma questão controversa e varia consideravelmente de biblioteca para biblioteca, devido às características locais, regionais ou nacionais de produção e organização do conhecimento. Conforme observado por Reifschneider (2018, p. 70):

Além das obras que são, ou deveriam ser consideradas raras em qualquer biblioteca, há as que são de interesse mais restrito. O que deve ter guardado como obra rara em cada biblioteca dependerá, assim, de onde ela se encontra e de seu propósito.

De acordo com Greenhalgh e Manini (2015), um livro é considerado raro quando apresenta características históricas e culturais, independentemente de haver escassez de exemplares, tornando-se assim um bem de valor para a sociedade. Moraes (2018, p. 64) também destaca que:

Um livro não é valioso porque é antigo e provavelmente, raro [...] O valor de um livro nada tem a ver com a sua idade. A procura é que torna um livro valioso. O que o torna procurado e ser desejado por muita gente, e o que o faz desejado é um conjunto de fatores, de particularidades inerentes a cada obra.

Devido à falta de uma política nacional que oriente a identificação da raridade de uma obra e a construção do acervo, cada instituição adota seus próprios critérios. Como uma unidade de informação de referência, muitas instituições têm adotado as diretrizes da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), utilizando suas publicações e documentação quaternária como apoio para tomar decisões relacionadas a coleções especiais e obras raras no Brasil.

1. Primeiras impressões - os primeiros livros impressos no mundo, dos séculos XV e XVI, onde estão incluídos os incunábulos; 2. Primeiras impressões dos séculos XVII e XVIII até 1720; 3. Edições de tiragem reduzidas, isto é, poucos exemplares disponíveis no mercado; 4. Edições especiais (por exemplo: edições de luxo para bibliófilos); 5. Edições clandestinas; 6. Obras esgotadas; 7. Exemplares de coleções especiais, com encadernações elaboradas, autógrafos ou marcas de propriedade, como carimbo, *ex-libris* etc.; 8. Exemplares com anotações manuscritas de importância, incluindo dedicatória; 9. Livros publicados no Brasil até 1841, devido à produção gráfica ter se desenvolvido a partir do Segundo Reinado (Gauz, 1990, p. 25).

Os critérios comumente utilizados são adaptados à realidade de cada instituição onde o material em questão está localizado. Conforme mencionado por Carter (2003, p. 1), pode-se afirmar que:

[...] o livro raro oferece aos membros da área patrimonial uma problemática complexa e específica, visto não existirem no Brasil leis que determinem diretrizes para o estabelecimento da raridade de um livro e a ausência destas

interferem na atuação dos profissionais interessados nestes documentos, mas não impedem que ele receba a atenção destes.

O trabalho realizado por um bibliotecário com livros raros é de extrema importância no que diz respeito ao tratamento dessas fontes de informação. Por esse motivo, é essencial que a biblioteca estabeleça métodos diferenciados para os processos de OCI. Além disso, o profissional bibliotecário precisa ter qualificação e receber treinamentos específicos em curadoria para desempenhar essa função de forma adequada. Esse conhecimento, que aborda o livro como uma fonte de informação com caráter documental, vai além do campo técnico. Souza (2014, p. 35) evidencia essa questão.

Lidar com preciosidades não é uma tarefa fácil, o bibliotecário deve saber gerenciar da melhor forma uma coleção de obra rara, em que é necessária uma política objetiva para tratamento adequado. A falta de uma homogeneidade no estabelecimento de critérios de raridade, como uma política geral na determinação de raridade deixa margem para a imprecisão, colocando o bibliotecário suscetível ao erro, sendo que muitas vezes esse profissional não vê a raridade bibliográfica de forma ampla e completa.

A partir de 2014, a FBN estabeleceu o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), oferecendo assessoria às unidades de informação que desejam preservar seus acervos de obras raras e coleções especiais. No entanto, para se beneficiar desse programa, a unidade de informação deve estar devidamente registrada e em conformidade, além

de possuir uma equipe bibliotecária qualificada.

O pedido de avaliação deve ser enviado à FBN por meio de uma Carta Convite, seguindo as instruções disponíveis no site de transparência do Governo Federal (GOV.BR).

[...] o enfoque de raridade bibliográfica nas bibliotecas brasileiras implica na abordagem do caráter bibliológico das obras e na ênfase da influência social, econômica e cultural, sofrida por todas as autoridades que contribuíram na elaboração física e intelectual de uma obra. Ou seja, os critérios que se devem levar em consideração pelos bibliotecários na hora de qualificar um livro raro ou não, são as influências sofridas na elaboração física e intelectual de uma obra. (Pinheiro, 1989, p. 21).

No processo de catalogação e organização de obras raras, a atenção minuciosa de um profissional é de extrema importância para realizar uma análise completa de todo o conteúdo e seu suporte, a fim de garantir uma representação temática e descritiva precisa que facilite o acesso à informação. Essas habilidades exigem um domínio e conhecimento especializados para um detalhamento adequado, tornando-se necessária a especialização nessa área específica. Ao descrever uma obra rara, o conhecimento especializado relacionado a esse tipo de material possibilita uma observação mais cuidadosa durante o processamento técnico, como destacado por Souza (2014, p. 17).

Atualmente as escolas de graduação em biblioteconomia não oferecem a formação adequada para tratamento de obras raras,

o bibliotecário tem que complementar seu conhecimento através de cursos e especializações, pois o profissional que lida com esse tipo de material deve ter um conhecimento relativo em história, literatura e ter domínio da história do livro e das bibliotecas. O conhecimento relativo a este domínio, por sua vez, é mais suprido muitas vezes com experiência cotidiana com os livros raros do que com a literatura dos livros técnicos e científicos.

A representação de obras raras apresenta grandes desafios para os bibliotecários no campo da OIC. Devido à evolução da editoração e das relações de autoria, responsabilidade e tradução, bem como ao respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual, surgem complexidades nesses processos técnicos. Esses processos incluem a representação descritiva, temática e indexação, que são atividades essenciais na vida dos bibliotecários e estão inseridas no âmbito da OIC, com o objetivo de produzir a documentação quaternária, ou seja, os catálogos.

No entanto, a experiência com a OCI de obras raras e coleções especiais revela que a disponibilização de regras, princípios e diretrizes não é suficiente, pois cada coleção e unidade de informação enfrentam desafios únicos devido às características de cada item raro e ao modo como foi utilizado. Aspectos como a origem, a proveniência, a presença de notas marginais, a censura e a compreensibilidade da linguagem, são considerados. Conforme o manual intitulado “Manual para entrada de dados bibliográficos em formato MARC 21: Ênfase em obras raras e especiais”, de Maria Angélica Ferraz Messina-Ramos, Marlene de Fátima Vieira

Lopes e Maria Helena Santos, baseado nos princípios da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD), as informações contidas nesse manual permitiram a catalogação adequada dos itens, assim como o controle individual de sua condição física, o que possibilitou a determinação de medidas de restauração e/ou digitalização, registradas nas notas do catálogo resultante (OPAC).

Este manual foi um dos objetivos do projeto “Instalação definitiva e adequação do espaço físico do acervo de obras raras e especiais da UFMG com vistas à conservação e acesso”, financiado pelo BNDES no período de 2007 a 2009. O foco central foi a preservação e conservação do acervo de obras raras e especiais da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais. Esse acervo foi constituído ao longo do tempo pela reunião de variadas coleções e, conseqüentemente, de origens, procedências e datas diversas, conforme informações sobre os históricos das coleções nele contidas. (Messina-Ramos; Lopes; Santos, 2011, p.6).

A catalogação é uma atividade recorrente e essencial na rotina do profissional bibliotecário. A fim de garantir uma recuperação precisa da informação, é necessário que a descrição do material seja minuciosa e detalhada, possibilitando um acesso rápido e eficiente para o usuário.

Quando se trata de obras raras, suas características são únicas e distintas, o que demanda uma abordagem de catalogação diferenciada em comparação com livros contemporâneos. A catalogação de obras raras busca ser fiel na representação do conhecimento, garantindo clareza e

compreensibilidade para o público final. É importante que as informações representadas sejam precisas e sigam um padrão consistente, especialmente quando se trata de informações semelhantes. A padronização e consistência na catalogação são essenciais para facilitar o acesso e a recuperação eficiente das informações contidas nas obras raras.

A catalogação e a organização de livros raros é um processo complexo e trabalhoso, em que toda a atenção do bibliotecário tem que estar voltada na análise do livro, tanto em seu conteúdo, como no suporte que, nesse caso, muitas vezes, possui tanta importância quanto o conteúdo do livro. A catalogação dos livros acaba sendo mais exaustiva, e o bibliotecário deve estar atento a todos os detalhes do documento, pois muitas características são difíceis de serem percebidas em uma primeira observação do objeto (Souza, 2014, p. 16).

No processo de catalogação de obras raras, é importante observar e descrever o material como um todo, direcionando a atenção para suas particularidades e fazendo anotações detalhadas. O objetivo é realizar uma descrição rigorosa que facilite a identificação da obra e permita uma visualização geral do seu conteúdo. Dessa forma, os bibliotecários podem fornecer informações abrangentes sobre a obra rara, contribuindo para sua correta identificação e acesso pelos usuários.

As notas são uma forma de descrever o livro na catalogação, sendo um instrumento mais valioso para a obra rara, pois descrevem características do material de forma mais detalhada. [...] A utilização das notas especiais, no caso da obra

rara, abre espaço na catalogação formal para ampliar a descrição, fornecendo informações detalhadas, desenvolvendo um trabalho minucioso da obra, e beneficiando o leitor (Souza, 2014, p. 16).

Para realizar uma catalogação mais relevante e pesquisável, os bibliotecários utilizam técnicas mais precisas. Eles podem empregar sistemas de catálogos de bibliotecas, que oferecem recursos que permitem uma maior interação e participação do usuário. Esses recursos dependem dos metadados disponíveis para fornecer informações detalhadas sobre as obras. Além disso, esses recursos podem ser encontrados de forma independente do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) da organização, o que amplia o acesso e a disponibilidade das informações para os usuários.

A Gestão Documental (GD) torna-se essencial quando o objetivo de uma unidade de informação é preservar e proteger determinados documentos, juntamente com seus conteúdos. É necessário um planejamento cuidadoso dos procedimentos de custódia e disponibilização aos usuários, a fim de evitar problemas futuros causados por manutenção inadequada dos suportes tradicionais ou pela divulgação inadequada de informações sensíveis. As obras raras e especiais, devido à sua raridade e singularidade, são geralmente tratadas como documentos únicos, o que as torna passíveis de GD.

Entender o valor informacional de uma obra rara para o desenvolvimento de determinadas pesquisas é valorizar a história presente nela. Além disso, a preservação documental depende em grande parte de como esse acervo é gerenciado

também fisicamente. Como afirmam Bernardes e Delatorre (2008, p. 8):

A gestão documental deverá definir normas e procedimentos técnicos referentes à produção, tramitação, classificação, avaliação, uso e arquivamento dos documentos durante todo o seu ciclo de vida (idade corrente, idade intermediária e idade permanente), com a definição de seus prazos de guarda e de sua destinação final, requisitos necessários inclusive, para o desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão de informações.

As medidas de GD são essenciais para a implementação da Gestão da Coleção de Informações (GCI), pois requerem o dimensionamento e mapeamento adequados dos acervos, visando ao desenvolvimento de coleções com atenção ao público leitor potencial e real.

No caso de obras raras e coleções especiais, a preservação dos suportes e mídias originais é uma preocupação importante, uma vez que a perda do documento equivale à perda da informação. A curadoria de fontes de informação dessa natureza sempre implicará a GD nas questões de GCI, devido às peculiaridades desses acervos.

As notas históricas conferem significado à documentação antiga, permitindo compreensão, existência e facilitando a atividade intelectual no desenvolvimento de coleções. Os recursos existentes nas obras raras oferecem informações detalhadas que facilitam sua identificação e preservação, seguindo recomendações internacionais de segurança para obras raras e coleções especiais, que também são

consideradas obras de arte de acordo com a legislação vigente:

- Decreto-Lei nº 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil, 1937);
- Lei nº 4845/1965, que proíbe a saída para o exterior de obras de artes e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico /1965 (Brasil, 1965);
- Lei 5.471/1968, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros (Brasil, 1968);
- Decreto Nº 72.312/1973, que promulga a convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação, transportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais (Brasil, 1973); e
- Decreto nº 3.166/1999 (Brasil, 1999), que promulga a convenção da UNIDROIT sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados, concluída em Roma, em 24 de junho de 1999.

Nesse contexto, além dos procedimentos técnicos que permitem visualizar os livros raros em termos de texto e aspectos materiais, é importante considerar sua natureza como patrimônio bibliográfico. A legislação ao reconhecer essas obras como bens protegidos pelo Estado, essa

responsabilidade exige competências em história, memória e patrimônio, a fim de garantir a preservação e organização adequadas desses materiais.

A custódia de obras especiais requer uma gestão estratégica que estabeleça políticas para garantir a precisão na tomada de decisões relacionadas à proteção e organização desses materiais.

Além das questões de custódia responsável, GD e critérios de OCI, é importante dimensionar recursos e serviços especializados que atendam às necessidades informacionais dos usuários potenciais e reais dos acervos de obras raras e coleções especiais. A criação, gestão, avaliação e atualização desses recursos e serviços informacionais podem ser referidos como Gestão de Informação e Conhecimento (GIC), conforme mencionado por Davenport e Prusak (1999, p. 6):

O conhecimento é uma mistura fluída de experiência condensada, valores, informação contextual e experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais.

De acordo com Tenório e Valentim (2016), a GIC envolve a aplicação de métodos e instrumentos que promovam uma “cultura positiva” de apropriação, criação, compartilhamento, socialização e aplicação de conhecimentos e informações. Essa gestão não é ocasional, exigindo a implementação de ações

sistemáticas. No entanto, uma das ações sistemáticas mais importantes que não tem sido abordada nas obras sobre gestão de obras raras e coleções especiais é o estudo das comunidades e usuários da informação para os quais esses acessos, recursos e serviços informacionais estão sendo criados.

Além dos aspectos de gestão dos conteúdos mentais de uma comunidade, a GIC também se refere aos comportamentos informacionais dessa comunidade. Portanto, os profissionais da informação devem realizar pesquisas para entender constantemente o perfil dos usuários dos recursos informacionais que estão desenvolvendo. No caso de obras raras e coleções especiais, essa questão é de grande importância, pois se refere a um atendimento altamente especializado e requer grandes investimentos em recursos materiais, tecnológicos e humanos.

Outra preocupação relevante na gestão e curadoria de obras raras e coleções especiais é a preservação da memória social. Oliveira (2010) argumenta que a memória social pode ser preservada e até mesmo reconstruída por meio da GIC aplicada em instituições socialmente legitimadas como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Assim, o desenvolvimento de recursos e serviços informacionais que atendam indivíduos e comunidades com necessidades e interesses nessas fontes de informação também apoia questões de identidade na produção de conhecimento, bem como na recuperação e empoderamento dos protagonistas historicamente omitidos, apagados ou anulados em relação à construção do conhecimento e da cultura.

Desta maneira, é necessário abranger todos os aspectos da GIC, levando em consideração a autonomia e distinção dos produtos e serviços especializados, ao mesmo tempo em que alinha o departamento com os propósitos e normas da unidade de informação à qual os itens ou coleções especiais fazem parte.

É importante definir os tipos de usuários que se beneficiarão dos produtos e serviços oferecidos por meio desse projeto, e isso pode ser feito por meio de um levantamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para selecionar números relevantes nessa seleção.

No entanto, o investimento em medidas de preservação física do acervo de obras raras e coleções especiais nem sempre foi uma prioridade. Portanto, a situação atual desses acervos requer cuidados especiais, tanto em relação à preservação dos suportes quanto à preservação da informação.

A digitalização, medidas de limpeza mecânica e processamento técnico (representação temática, descritiva e indexação) se torna um procedimento essencial para a preservação da informação rara, com o objetivo de resolver gradualmente as condições de custódia, preservação e GIC, uma vez que o colapso inevitável dos suportes físicos pode levar ao desaparecimento dos registros.

A aplicação dos procedimentos de GIC para obras raras representa grandes desafios, uma vez que a editoração e publicação dessas obras não foram padronizadas até o início do século XX. O surgimento do Controle Bibliográfico Universal (CBU), estabelecido pela Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), acrescentou muitos detalhes à identificação das publicações, mas apenas a partir da década de 1970 no Brasil.

Desse modo, é necessário considerar todos os aspectos da GIC, levando em consideração a autonomia e distinção dos produtos e serviços especializados, ao mesmo tempo em que se alinham às finalidades e normas da unidade de informação que abriga os itens ou coleções especiais. A GD também desempenha um papel fundamental na preservação e organização dos acervos de obras raras e coleções especiais, garantindo a custódia responsável desses materiais. Isso inclui a aplicação de medidas adequadas de curadoria, identificação, representação e acesso aos itens do acervo. A digitalização dos exemplares raros é uma medida importante para a preservação da informação, especialmente considerando a deterioração contínua dos suportes físicos.

Um aspecto importante da GIC é a compreensão das necessidades informacionais e comportamentos dos usuários. Os profissionais da informação devem realizar pesquisas contínuas para entender o perfil dos usuários e adaptar os recursos e serviços informacionais de acordo. Isso é especialmente relevante no caso de obras raras e coleções especiais, devido à sua natureza especializada e aos investimentos necessários para atender a essas demandas.

A organização da informação e do conhecimento permite o acesso, à preservação e à disseminação eficiente

através de sistemas adequados de organização, catalogação e documentação, sendo possível garantir que as informações sobre as obras sejam registradas de forma precisa e acessível, promovendo o compartilhamento do conhecimento e a preservação do patrimônio cultural.

A gestão desses materiais requer uma abordagem estruturada e meticulosa para lidar com a diversidade e singularidade. Isso envolve a criação de bancos de dados ou sistemas de gerenciamento de coleções que permitam registrar informações detalhadas sobre cada obra, como título, autor, data, proveniência, descrição física, condição, histórico de propriedade e outras informações relevantes.

A organização da informação e do conhecimento inclui a aplicação de padrões e normas reconhecidos para a catalogação e descrição de obras raras e especiais. Esses padrões facilitam a troca de informações entre instituições e pesquisadores, garantindo a interoperabilidade dos dados e a integração com outros sistemas de gerenciamento de acervos.

A utilização de metadados é outra prática importante na organização da informação. Os metadados são descritores ou etiquetas que fornecem informações adicionais sobre a obra, como tema, gênero, técnica, idioma, palavras-chave e outros detalhes relevantes. Esses metadados facilitam a recuperação e a pesquisa das obras, permitindo que pesquisadores e interessados localizem rapidamente informações específicas dentro do acervo.

Além da organização das informações, a gestão do conhecimento também é essencial na administração de obras

raras e especiais. Isso envolve a criação de mecanismos para capturar, preservar e disseminar o conhecimento acumulado sobre as obras, como estudos acadêmicos, pesquisas, relatórios de conservação e outras fontes de informação. Essa documentação do conhecimento permite que a instituição compartilhe sua expertise, apoie a pesquisa acadêmica e promova a valorização e compreensão das obras dentro e fora do ambiente institucional.

Dessa forma, a organização da informação e do conhecimento desempenha um papel de grande importância na gestão de obras raras e especiais. Através da criação de sistemas estruturados de catalogação, aplicação de padrões, utilização de metadados e preservação do conhecimento, as instituições são capazes de garantir o acesso, a preservação e a disseminação eficiente desses materiais, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural e o enriquecimento do conhecimento coletivo.

Representação Temática, Descritiva, Indexação e Documentação

A representação temática, descritiva, indexação e documentação são processos de Representação da Informação e do Conhecimento, fundamentais na gestão e acessibilidade de obras raras e especiais. Essas práticas permitem que as peças sejam identificadas, descritas e organizadas de maneira eficiente, facilitando a pesquisa, a

recuperação de informações e a preservação do conhecimento contido nessas obras.

A representação temática refere-se à identificação e atribuição de assuntos específicos a cada obra, permitindo que ela seja relacionada a um contexto temático mais amplo. Isso envolve a análise do conteúdo da obra e a atribuição de palavras-chave ou termos controlados que descrevem os temas abordados. A representação temática facilita a recuperação e a busca por obras relacionadas a um determinado assunto, auxiliando pesquisadores, estudiosos e interessados em encontrar informações específicas, dentro do acervo de obras raras e coleções especiais.

A representação descritiva, por sua vez, concentra-se em fornecer informações detalhadas sobre as características físicas, históricas e contextuais de cada obra. Essas descrições são registradas em catálogos, bancos de dados ou outros sistemas de gerenciamento de acervo e incluem elementos como título, autor, data, editora, tipo de encadernação, ilustrações, notas e qualquer outra informação relevante. A representação descritiva permite que as obras sejam identificadas de maneira precisa, fornecendo informações básicas para sua recuperação e estudo.

A indexação é uma prática de atribuir termos de busca padronizados a cada obra, facilitando a recuperação de informações a partir de palavras-chave específica. A indexação é uma forma de organização da informação que envolve a criação de um índice ou vocabulário controlado, permitindo que os usuários identifiquem e acessem obras

relacionadas a um determinado assunto, autor, período histórico, entre outros critérios de pesquisa.

A documentação adequada das obras raras e especiais também desempenha uma função importante. Isso envolve a criação de registros e documentos que acompanham cada obra, fornecendo informações sobre sua proveniência, histórico de propriedade, condição física, intervenções de conservação, exposições anteriores e outras informações relevantes. A documentação adequada auxilia na rastreabilidade das obras, na sua autenticação e na tomada de decisões relacionadas à preservação, conservação e exposição.

Logo, a representação temática, descritiva, indexação e documentação são práticas essenciais na gestão de obras raras e especiais. Essas práticas permitem a identificação precisa das obras, a recuperação eficiente de informações, a organização do acervo e a preservação do conhecimento nelas contido. Ao aplicar essas técnicas de representação e documentação, as instituições podem facilitar o acesso e o estudo dessas obras, contribuindo para a valorização e o avanço do conhecimento.

Para estabelecer um sistema eficiente de representação e documentação das obras raras e especiais é necessário registrar as informações relevantes, como título, autor, data, descrição física, proveniência, condição, histórico de exposições e qualquer outra informação relevante. Para isso segue as seguintes diretrizes:

- **Padronização:** um conjunto consistente de diretrizes para a catalogação e documentação das obras

raras e especiais, incluindo a definição de campos e formatos padronizados para registrar informações relevantes em bases de dados, que contemplem os pontos de acesso adequados a sua recuperação;

- Informações básicas: registro das informações, como título, autor, data de criação, descrição física (dimensões, material, técnica), número de identificação único para cada obra, proveniência e histórico de propriedade;
- Descrição detalhada: uma descrição discriminada da obra, destacando características específicas e aspectos físicos, marcas, inscrições, selos, carimbos, anotações ou qualquer elemento relevante que contribua para a compreensão e identificação da peça, além do nível de conservação;
- Identificação única: atribui-se a cada obra uma identificação que a caracterize como única, com um número de catálogo ou código de barras. Isso facilitará a localização e o rastreamento das obras no sistema de catalogação;
- Contexto histórico e cultural: as informações sobre a composição histórica e cultural da obra, destacando eventos, movimentos artísticos ou influências relevantes que possam ajudar a situar a peça dentro de seu período de criação;
- Registro fotográfico: fotografias de alta qualidade que retratem a obra em diferentes ângulos, permitindo uma visualização completa e detalhada.

Logo, arquivando essas imagens digitalmente e associando-as aos registros da obra;

- Documentação de conservação: as informações sobre a permanência da obra, incluindo tratamentos realizados, condição atual, monitoramento periódico e recomendações futuras de cuidados;
- Pareceres e laudos periciais: a legitimidade da situação de raridade de uma obra pode contar com laudos, votos e perícias especializadas. Iniciando pela avaliação do profissional bibliotecário, as perícias podem ser solicitadas à historiadores e especialistas no domínio do conhecimento coberto pela obra rara;
- Referências bibliográficas e fontes de pesquisa: a documentação das referências bibliográficas relevantes e fontes de pesquisa que ajudem a contextualizar a obra, fornecendo informações adicionais sobre o autor, estilo, técnica ou outros aspectos relacionados;
- Sistema de numeração e etiquetagem: a implementação de um sistema de numeração e etiquetagem para facilitar a localização física das obras, utiliza-se etiquetas com códigos de barras ou numeração sequencial para identificar cada obra e vincular esses números aos registros em seu sistema de catalogação. Sendo totalmente contraindicada a fixação de sinalizações de qualquer espécie sobre a capa ou interior de obras raras e

especiais, recomenda-se o uso de anteparos de papel cartonado (marcadores fantasmas) para sinalizar as obras;

- Armazenamento seguro: o registro das informações sobre o local de armazenamento de cada obra, em relação às dependências e acomodação no mobiliário, incluindo prateleiras, estantes, armários ou outros meios de guarda apropriados, isso auxilia na localização e rastreamento eficiente das obras;
- Atualização regular: os registros de representação e documentação atualizados, revisando-os periodicamente para adicionar novas informações, com atualização a condição da obra ou incorporação com descobertas de pesquisas recentes.

Lembrando de que existem sistemas de gerenciamento de coleções disponíveis, como softwares específicos para museus e bibliotecas, que podem auxiliar na catalogação e documentação eficiente das obras raras e especiais. Dessa forma, considera utilizar essas ferramentas para facilitar o processo e manter os registros organizados e acessíveis.

Após a avaliação de uma obra rara, a representação é realizada para organizar e categorizar a obra no acervo. É recomendável considerar as seguintes propostas nesse processo organizados e acessíveis:

- Definição dos critérios de classificação: o primeiro passo é estabelecer os critérios pelos quais a obra

rara será classificada. Isso pode incluir temas, períodos históricos, autores, estilos literários ou quaisquer outros critérios relevantes para a coleção da biblioteca;

- Seleção de sistemas de classificação: com base nos critérios estabelecidos, é necessário selecionar um sistema de classificação apropriado. Existem vários sistemas disponíveis, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) ou a Classificação Decimal Universal (CDU), que podem ser adaptados para incluir as categorias específicas das obras raras;
- Atribuição de categorias: após selecionar o sistema de representação descritiva e temática, a obra rara é atribuída a uma ou mais categorias específicas. Por exemplo, se a obra rara é uma pintura renascentista, ela pode ser categorizada como “Arte Renascentista”, “Pintura” e “Período Histórico – Renascimento”;
- Indexação e palavras-chave: se a obra rara for digitalizada ou seções relevantes forem selecionadas para indexação, deverão ser atribuídas palavras-chave ou termos de indexação para facilitar a busca e o acesso à obra em pesquisas futuras;
- Numeração ou marcação: uma vez que a obra rara tenha sido categorizada, ela pode receber um número ou código de identificação único. Isso pode ser feito através de etiquetas, carimbos, códigos de barras inseridos em marcadores sem fixação à materialidade da obra rara, que permitam sua

identificação e recuperação posterior;

- Inserção de dados no catálogo de Acesso Público Online (OPAC): a representação temática e descritiva das obras raras é registrada no OPAC, com base em um aplicativo de catalogação adotado na biblioteca, juntamente com as informações descritivas mais detalhadas da obra. Isso garante que a obra seja adequadamente identificada e possa ser localizada facilmente dentro da coleção.

É importante lembrar que os processos de Representação da Informação e do Conhecimento podem variar, dependendo da modalidade e finalidades da unidade de informação, seja ela uma biblioteca, arquivo, museu ou centro cultural. Nesse sentido, vai trazer uma variação natural dos instrumentos de organização da informação e do conhecimento adotados. Bibliotecários e curadores especializados são responsáveis por garantir uma classificação consistente e eficiente das obras raras, levando em consideração as melhores práticas da área.

Monitoramento e Avaliação da Materialidade

O monitoramento e a avaliação da materialidade são fundamentais para a preservação, compreensão e valorização de acervos de obras raras e coleções especiais, garantindo que as obras sejam transmitidas de maneira autêntica e significativa.

O monitoramento é o processo contínuo de observação, coleta e análise de informações relacionadas a um determinado objeto, sistema, processo ou atividade. No contexto de acervos de obras raras e coleções especiais, o monitoramento se refere à supervisão e acompanhamento constante das condições físicas, ambientais e de conservação das peças que compõem esses acervos. Isso inclui verificar fatores como temperatura, umidade, iluminação, manuseio adequado, exposição a agentes nocivos e outras variáveis que possam afetar a integridade e preservação das obras.

A avaliação da materialidade diz respeito à identificação e valoração das características físicas e materiais de um objeto, particularmente sua composição, técnica de produção, estado de conservação e autenticidade. No contexto de acervos de obras raras e coleções especiais, essa avaliação envolve examinar detalhadamente cada item para determinar sua origem, autenticidade, condição física e valor cultural. Isso ajuda a compreender a importância intrínseca de cada obra e a orientar as estratégias de preservação.

O sistema de monitoramento e avaliação da materialidade com obras raras e especiais é um conjunto de práticas e procedimentos que visam garantir a integridade física e a preservação dessas peças ao longo do tempo. Esse sistema envolve a implementação de medidas de vigilância, controle ambiental, conservação preventiva e análise periódica da condição física das obras.

O objetivo principal do sistema de monitoramento e avaliação é acompanhar o estado de conservação, identificar

eventuais danos ou deteriorações e tomar as medidas necessárias para sua preservação. Dessa forma, inclui a implementação de sistemas de vigilância para garantir a segurança física das peças, a criação de condições ambientais adequadas, como controle de temperatura e umidade, e a realização regular de inspeções físicas e análises técnicas.

A importância desse sistema de monitoramento e avaliação reside na proteção e salvaguarda do patrimônio cultural representado pelas obras raras e especiais. Essas peças são frequentemente únicas, frágeis e de valor histórico, artístico ou cultural inestimável, sendo essencial a proteção de danos físicos, deterioração e perda.

Ao implementar um sistema de monitoramento e avaliação, as instituições responsáveis por esses acervos podem identificar problemas precocemente, tomar medidas de conservação preventiva e realizar intervenções corretivas quando necessário. Nesse sentido, contribui para prolongar a vida útil das peças, garantir sua acessibilidade a longo prazo e preservar sua autenticidade.

O sistema de monitoramento e avaliação fornece informações significativas para o planejamento de estratégias de conservação, alocação de recursos e tomada de decisões relacionadas à exposição e empréstimos de obras. Ao ter um conhecimento aprofundado sobre a condição física das obras, é possível estabelecer prioridades, diretrizes de manuseio e transporte adequados, assim como implementar medidas de conservação personalizadas para cada peça.

Dessa forma, o sistema de monitoramento e avaliação

da materialidade com obras raras e especiais é essencial para a preservação e proteção. Ao implementar medidas de vigilância, controle ambiental e avaliação periódica, as instituições podem garantir a integridade física, prolongar sua vida útil e promover o acesso e a apreciação das obras de forma segura.

Para monitorar e avaliar regularmente o estado das obras raras e especiais, é importante estabelecer um sistema eficiente que realize inspeções periódicas, avalie as condições de conservação, verifique se há necessidade de tratamento especializado e atualize as informações de catalogação, conforme necessário. Aqui estão algumas diretrizes para essa etapa:

- Inventário anual e registro: especificação atualizada de todas as obras raras e especiais, com informações detalhadas sobre cada peça, incluindo seu estado físico, localização, histórico de empréstimos e qualquer intervenção ou tratamento realizado;
- Monitoramento periódico: inspeções regulares para identificar qualquer mudança em sua condição física, como danos, desgaste ou sinais de deterioração, documentando essas observações e registrando-as no sistema de monitoramento;
- Conservação preventiva: a implementação de medidas de custódia prudente para minimizar o risco de danos às obras, isso pode incluir controle de temperatura e umidade, proteção contra a luz excessiva, manuseio cuidadoso durante exposições e armazenamento

apropriado em ambientes controlados;

- Registros fotográficos: documentação fotográfica atualizada de cada obra rara e especial, pois permite registrar seu estado original e comparar com fotografias subsequentes para identificar alterações ou danos ao longo do tempo;
- Relatórios de conservação: a solicitação de relatórios periódicos de conservação realizados por especialistas devem fornecer uma avaliação detalhada do estado das obras e recomendações de tratamentos ou ações corretivas, se necessário;
- Revisões curatórias: a realização de revisões curatoriais periódicas envolve a análise das condições de armazenamento, exposição e conservação, bem como a avaliação da relevância e importância contínuas das obras dentro do contexto da coleção;
- Avaliação de impacto: a avaliação do impacto das exposições, programas educacionais ou eventos relacionados às obras raras pode ser feito por meio de pesquisas de visitantes, análise de feedback e acompanhamento da participação e envolvimento do público;
- Registro de incidentes: a análise e registro de qualquer incidente que envolva danos, perdas ou mudanças significativas nas obras para identificar possíveis áreas de melhoria e implementar medidas preventivas adicionais;

- Estudo e adoção de procedimentos de restauro e digitalização: com o passar do tempo, mesmo com obras que se encontram em excelente estado de conservação, por razões diversas, requerem a contratação de serviços especializados, seja de conservação, seja de restauro, seja de digitalização. A avaliação que precede a contratação serve para licitar e orientar o serviço, enquanto a posterior serve para avaliar e alterar o status de conservação da obra em seus registros;
- Avaliação de políticas e procedimentos: a avaliação regulamenta a eficácia das políticas e procedimentos relacionados às obras raras e especiais. Identificando áreas com possibilidades de melhorias e fazendo ajustes conforme necessário para garantir a proteção e a preservação adequadas das obras;
- Avaliação de acessibilidade: essa avaliação considera a acessibilidade das obras raras e especiais para diferentes públicos, incluindo pessoas com deficiência visual ou auditiva, fazendo parcerias com especialistas em acessibilidade para avaliar a inclusão e a adequação das obras e desenvolver medidas para aumentar a acessibilidade, quando possível.

Diante disso, ao implementar um sistema de monitoramento e avaliação eficiente, os profissionais em campo serão apoiados, no sentido de garantir a preservação

contínua das obras, bem como aprimorar as práticas de gestão e cuidado. É importante também lembrar que obras raras e coleções especiais natas digitais, isto é, criadas sem materialidade, também precisam de procedimentos de “refrescamento”, seja com alternância de mídia, arquivo, software e armazenamento de dados.

Procedimentos de Digitalização e Indexação de Obras Raras e Especiais

O procedimento de digitalização e indexação de obras raras e especiais tem se tornado cada vez mais relevante na gestão da informação. A digitalização permite a criação de cópias digitais de alta qualidade das obras, enquanto a indexação facilita a recuperação e o acesso rápido às informações contidas nas obras digitalizadas. Essas práticas desempenham um desenvolvimento importante na preservação, disseminação e democratização do conhecimento presente nessas obras de importância histórica, artística e cultural.

Ao criar cópias digitais de alta qualidade e atribuir metadados relevantes, as instituições podem ampliar o acesso ao conteúdo dessas obras, preservá-las a longo prazo e promover a pesquisa e a apreciação do patrimônio que elas representam.

Assim, a digitalização envolve a captura de imagens de alta resolução das páginas, ilustrações, encadernação e

outras características físicas, direcionando em um processo realizado com equipamentos e tecnologias adequadas, garantindo a preservação da integridade física das peças. Essa atividade cria cópias digitais fiéis, que podem ser acessadas e exploradas sem a necessidade de manusear as obras originais, minimizando o risco de danos e desgaste causados pelo manuseio frequente.

A importância do procedimento de digitalização e indexação reside na ampliação do acesso e na preservação do conhecimento ali contido. Esse procedimento permite que um maior número de pessoas tenha a oportunidade de explorar e estudar essas obras, mesmo que estejam distantes geograficamente das instituições que as detêm. Além disso, a indexação adequada das obras digitalizadas facilita a pesquisa acadêmica, a comparação entre diferentes obras e a contextualização histórica, enriquecendo o conhecimento e a compreensão do patrimônio cultural. Ademais, a digitalização e indexação também contribuem para a preservação a longo prazo das obras raras e especiais.

Ao disponibilizar cópias digitais, as instituições podem restringir o acesso às obras originais, protegendo-as de possíveis danos causados pelo manuseio excessivo. Além disso, as cópias digitais servem como uma forma de backup, garantindo a salvaguarda do conteúdo mesmo em situações de risco, como desastres naturais ou incêndios.

Quando apropriado, pode-se considerar a digitalização das obras raras para garantir sua preservação a longo prazo e facilitar o acesso. Isso envolve a criação de imagens

digitais de alta qualidade e a indexação dos conteúdos para pesquisa. Após a avaliação e representação de uma obra rara, a digitalização pode ser realizada para criar uma versão digital da obra. Aqui um exemplo geral desse processo:

- **Preparação da obra:** antes da digitalização, a obra rara precisa ser preparada adequadamente. Nesse sentido, pode incluir a remoção de quaisquer elementos soltos, a limpeza cuidadosa da obra para remover poeira ou sujidades e a estabilização de páginas soltas ou danificadas. É totalmente contraindicada a desencadernação, pois os atuais equipamentos de escaneamento compensam lombadas. Necessariamente, ao desencadernar a obra rara, deve ser novamente encadernada, essas recomendações ficam sob os critérios de um especialista em restauro;
- **Seleção do equipamento de digitalização:** com base nas características da obra rara e nas necessidades da biblioteca, é escolhido o equipamento de digitalização apropriado, podendo envolver scanners planetários, câmeras digitais de alta resolução ou outros dispositivos especializados;
- **Composição das configurações de digitalização:** antes de iniciar a digitalização, as configurações adequadas são selecionadas no equipamento, incluindo a resolução de digitalização, formato de arquivo (como TIFF ou JPEG), configurações de cor, brilho e contraste, e outras opções específicas para

garantir a melhor qualidade de digitalização possível;

- Digitalização página a página: a obra rara é digitalizada página a página, seguindo uma ordem adequada. É importante garantir que as páginas sejam posicionadas corretamente e que o equipamento seja manipulado com cuidado para evitar danos à obra;
- Controle de qualidade: após a digitalização, é realizada uma verificação de qualidade para garantir que as imagens digitalizadas sejam claras, nítidas e de alta resolução. Se necessário, ajustes podem ser feitos nas configurações ou as páginas podem ser digitalizadas novamente para garantir a qualidade desejada;
- Metadados e descrição: para facilitar a descoberta e o acesso à versão digital da obra rara, além de todos os campos de representação, são adicionados metadados descritivos da materialidade;
- Armazenamento e disponibilização: as imagens digitalizadas e os metadados associados são armazenados em um sistema de gerenciamento digital, como por exemplo o OPAC ou um sistema de biblioteca digital. Desse modo, a obra rara digitalizada pode ser disponibilizada online para acesso remoto, preservando sua integridade e tornando-a acessível a um público mais amplo.

É importante destacar que a digitalização de obras raras

deve ser realizada com cuidado, levando em consideração a fragilidade e a importância desses materiais. Bibliotecários, arquivistas e especialistas em preservação trabalham em conjunto para garantir que a digitalização seja feita de maneira ética, preservando a integridade da obra rara e cumprindo as leis de direitos autorais.

Para entrada de dados bibliográficos em formato MARC 21 com ênfase em obras raras e especiais, é necessário seguir os padrões e campos específicos definidos no formato MARC 21.

O formato MARC 21 é uma estrutura padronizada usada para catalogar e descrever recursos bibliográficos. Abaixo, encontrará características para a entrada de dados bibliográficos de obras raras e especiais em formato MARC 21:

- Dados bibliográficos da obra rara ou especial: reunindo todas as informações relevantes sobre a obra, incluindo título, autor, editora, local de publicação, data de publicação, descrição física, idioma, notas especiais e qualquer outra informação importante;
- Identificação do registro e formato do MARC: certificando-se de que o registro esteja devidamente identificado como um registro MARC 21 para uma obra rara ou especial;
- Líder do registro: o líder do registro é o primeiro campo em um registro MARC e fornece informações importantes sobre o registro, como o tipo de registro, o nível de catalogação, a codificação de caracteres e outras informações técnicas. Para obras raras e especiais, o código do tipo de registro pode ser 'a'

(registro de livro) ou outro apropriado, dependendo do tipo específico de obra rara;

- Controle do campo: o controle do campo (campo 001) é um campo numérico único que serve como um identificador exclusivo para o registro. Ele geralmente é gerado automaticamente pelo sistema de catalogação e é exclusivo para cada registro;
- Campo de dados variáveis: inserindo os campos de dados variáveis que contêm informações bibliográficas específicas sobre a obra rara ou especial. Alguns campos comuns que podem usar são:
 - » Campo 245: Título e declaração de responsabilidade - contém o título e outras informações de responsabilidade (como autor ou editor) da obra;
 - » Campo 260: Informações de publicação - contém informações sobre editora, local de publicação e data de publicação da obra;
 - » Campo 300: Descrição física - fornece informações sobre a descrição física da obra, como o número de páginas, ilustrações, tamanho e outros detalhes físicos relevantes;
 - » Campo 500: Notas gerais - nesse campo para adicionar notas gerais sobre a obra rara ou especial, como informações históricas ou curiosidades;
 - » Campo 505: Título da série - se a obra fizer

- parte de uma série, pode usar este campo para incluir informações sobre a série;
- » Campo 6XX: Assuntos - adicionar campos de assunto relevantes que descrevam o conteúdo da obra;
 - » Campo 7XX: Entradas secundárias - neste campo para incluir entradas secundárias, como autores secundários, ilustradores, editores e tradutores;
 - » Campo 852: Localização - nesse campo é especialmente importante para obras raras e especiais, pois indica a localização física da obra na biblioteca;
- Controle de autoridade (opcional) - para obras raras e especiais: é comum usar o controle de autoridade para padronizar os pontos de acesso, como nomes de autores, títulos uniformes e assuntos. Isso ajuda a vincular todas as obras relacionadas e melhorar a pesquisa;
 - Revisão e verificação: revisão cuidadosa no registro MARC para garantir que todas as informações estejam corretas e que os campos relevantes para obras raras e especiais tenham sido preenchidos corretamente.

Uma vez que o registro MARC tenha sido criado e revisado, ele pode ser importado ou inserido no sistema de

catalogação da biblioteca, tornando a obra rara ou especial disponível para pesquisa e acesso.

Esse segmento é apenas uma orientação geral, e a entrada de dados em formato MARC 21 pode variar de acordo com as diretrizes específicas da biblioteca ou instituição, bem como o software de catalogação utilizado. Certifique-se de seguir as normas e práticas estabelecidas pela sua instituição e referências atualizadas do formato MARC 21.

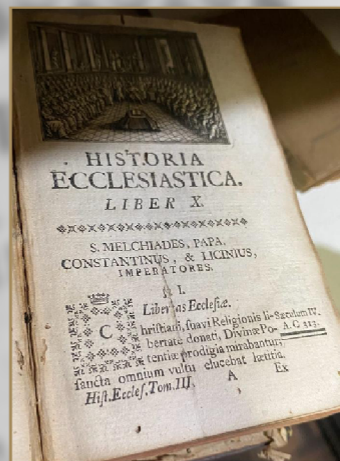
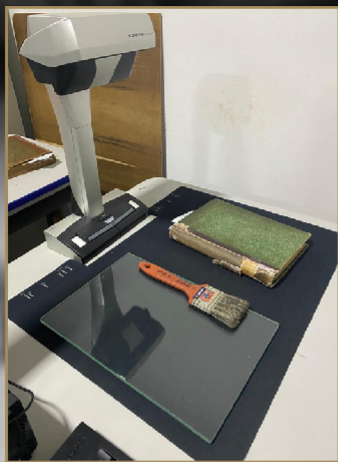
Os estudos de usuários, voltados a este tipo de acervo, são essenciais para entender as necessidades e interesses dos pesquisadores, estudantes e outros usuários que desejam acessar esse tipo de material. Esses estudos ajudam a melhorar o serviço de bibliotecas e instituições que detêm coleções especiais, permitindo um atendimento mais eficiente e adequado às demandas dos usuários. Para conduzir estudos de usuários voltados a esse tipo de acervo, segue:

- Definição dos objetivos do estudo: determinando o que deseja descobrir com a pesquisa, como as necessidades de informação dos usuários, o uso pretendido das obras raras, as lacunas na coleção ou quais serviços seriam mais úteis para os usuários;
- Questionário ou roteiro de entrevistas: desenvolvendo um questionário ou roteiro de entrevistas que aborde os principais aspectos relacionados ao uso do acervo de obras raras e coleções especiais. Incluindo perguntas sobre os interesses de pesquisa dos usuários, frequência de acesso, recursos preferidos, serviços que desejam, entre outros;

- **Amostra:** determinando o público-alvo do estudo, como pesquisadores, estudantes de pós-graduação, professores ou público em geral interessado nas obras raras. E, em seguida, selecionando uma amostra representativa desse público;
- **Coleta de dados:** realizando entrevistas individuais, grupos focais ou questionário ao público selecionado. Dessa forma, conduzir as entrevistas em um ambiente tranquilo e confortável para os participantes, incentivando respostas sinceras e detalhadas;
- **Análise dos dados:** após a coleta de dados, se faz uma análise às respostas obtidas e identificando padrões e tendências relevantes. Durante a análise a atenção será voltada às necessidades e desafios comuns enfrentados pelos usuários;
- **Recomendações e melhorias:** os direcionamentos serão com base nos resultados do estudo, identificando áreas que precisam ser melhoradas ou adaptadas para atender às necessidades dos usuários. Isso pode incluir aprimoramentos nos serviços, na organização da coleção, na acessibilidade do acervo, entre outros;
- **Implementação:** realização de melhorias e recomendações derivadas do estudo. Logo, comunicando as mudanças aos usuários e monitorando seu impacto ao longo do tempo;
- **Avaliação contínua:** efetivando avaliações regulares para acompanhar o desempenho das melhorias

implementadas e garantindo que o acervo de obras raras e coleções especiais continue atendendo seguramente às necessidades dos usuários.

Nesse sentido, que cada instituição pode ajustar de acordo com suas necessidades específicas, considerando o tamanho da coleção, o público-alvo e os recursos disponíveis. O objetivo é garantir que os estudos de usuários sejam uma prática contínua, auxiliando no desenvolvimento de serviços e melhorando a experiência dos usuários ao acessar as obras raras e especiais.



CAPÍTULO III

PRODUTOS E SERVIÇOS INFORMACIONAIS DO ACERVO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS

Os produtos e serviços informacionais relacionados ao acervo de obras raras e especiais realizam uma função principal na disponibilização, disseminação e promoção do acesso ao conhecimento. Esses produtos e serviços abrangem uma variedade de recursos e atividades que visam atender às necessidades dos pesquisadores, estudiosos e entusiastas interessados em explorar e estudar esse patrimônio.

Os produtos informacionais referem-se às formas tangíveis ou digitais de apresentação e acesso ao conteúdo das obras raras e especiais. Dessa forma, pode incluir catálogos impressos ou online, guias de referência, livros, publicações acadêmicas, exposições virtuais, entre outros. Esses produtos informacionais fornecem informações detalhadas sobre as obras, seu contexto histórico, suas características físicas e seu valor cultural. Eles auxiliam na identificação, seleção e descoberta de obras específicas, bem como na contextualização e interpretação do conteúdo.

Além dos produtos informacionais, os serviços informacionais são essenciais para facilitar o acesso e a pesquisa nas obras. Esses serviços podem abranger atividades como referência e orientação aos usuários, disponibilização de reproduções digitais ou impressas das obras, empréstimo interbibliotecário, visitas guiadas, sessões de leitura supervisionada, workshops e cursos especializados. Assim, esses serviços informacionais visam atender às necessidades específicas dos usuários, auxiliá-los no uso efetivo e na compreensão desses materiais.

A importância dos produtos e serviços informacionais

relacionados ao acervo está em garantir a acessibilidade, a valorização e a disseminação do conhecimento ali contido. A disponibilização de catálogos, publicações e guias, as instituições permitem que os usuários explorem e tenham uma visão abrangente das obras disponíveis. Os serviços informacionais, por sua vez, oferecem suporte e orientação especializada, ajudando os usuários a explorar de forma mais eficiente o acervo, compreender o contexto histórico e cultural das obras e aprofundar seu conhecimento.

Ademais, os produtos e serviços informacionais também contribuem para a promoção da pesquisa acadêmica, a produção de conhecimento e a disseminação dos resultados. Ao fornecer acesso a reproduções digitais e cópias impressas, as instituições possibilitam que os pesquisadores tenham um contato direto com as obras, mesmo que não possam visitar pessoalmente as instituições de guarda. Isso estimula a produção de estudos, análises e publicações acadêmicas, enriquecendo o campo de pesquisa e o avanço do conhecimento nas áreas relacionadas.

Assim, os produtos e serviços informacionais do acervo de obras raras e coleções especiais desempenham uma atividade fundamental na promoção do acesso e disseminação da informação. Ao fornecer produtos informacionais abrangentes e serviços especializados, as instituições facilitam a pesquisa, a exploração e a compreensão dessas obras, contribuindo para a preservação do conhecimento e a apreciação do potencial documental. Esses produtos e serviços informacionais tornam possível que pesquisadores, estudantes, curadores e o público em geral tenham acesso

a informações precisas e detalhadas sobre as obras raras e especiais, ampliando assim o alcance e o impacto.

A disponibilização de catálogos e publicações especializadas permite que os interessados explorem o acervo de forma mais aprofundada. Esses recursos fornecem descrições detalhadas, imagens de alta qualidade e análises especializadas, enriquecendo o conhecimento sobre cada obra e seu contexto histórico. Além disso, guias de referência e publicações acadêmicas contribuem para a compreensão mais ampla do campo de estudo relacionado às obras raras e especiais, estimulando a produção de novas pesquisas e debates acadêmicos.

Os serviços informacionais desenvolvem um resultado complementar aos produtos, proporcionando suporte direto aos usuários interessados em estudar as obras raras e especiais. Os serviços de referência, por exemplo, permitem que os usuários obtenham orientação especializada, tirem dúvidas e recebam recomendações personalizadas para suas pesquisas. Além disso, o empréstimo interbibliotecário e a disponibilização de reproduções digitais facilitam o acesso às obras, mesmo para aqueles que não podem visitar fisicamente as instituições que as possuem.

A importância dos produtos e serviços informacionais relacionados a obras raras e especiais reside na democratização do acesso ao conhecimento que essas obras representam. Ao disponibilizar informações e serviços, as instituições contribuem para a disseminação do conhecimento cultural e histórico, ampliando o público

que pode apreciar e aprender com essas obras. Além disso, esses recursos informacionais promovem a preservação do patrimônio cultural, ao permitir que as obras sejam estudadas e compreendidas sem a necessidade de manuseio frequente, reduzindo assim o desgaste físico que essas peças delicadas podem sofrer.

Diante disso, os produtos e serviços informacionais relacionados ao acervo de obras raras e especiais apresentam funcionalidades fundamentais na disponibilização e disseminação da informação. Ao fornecer recursos informativos abrangentes e serviços especializados, as instituições possibilitam que um público mais amplo tenha acesso ao conhecimento contido nessas obras enriquecendo o campo de estudo.

Acesso e Exibição de Obras Raras e Especiais

O acesso e a exibição de obras raras são tópicos de extrema importância no campo da preservação e acesso à informação. O termo “obras raras” refere-se a itens de valor significativo devido à sua idade, raridade, autenticidade, importância histórica, artística ou cultural. Essas peças podem incluir manuscritos antigos, livros raros, documentos históricos, mapas antigos, gravuras únicas, entre outros.

No entanto, a natureza única e muitas vezes frágil desses itens torna essencial estabelecer medidas de segurança e controle de acesso rigoroso para garantir sua preservação

a longo prazo. Uma das considerações mais desafiadoras é a aplicação de elementos de segurança, como dispositivos magnéticos, a obras raras. Isso ocorre devido ao potencial de danos que esses elementos podem causar à peças delicadas.

Uma abordagem comum para proteger obras raras é a restrição de acesso aos ambientes onde são guardadas. Isso envolve a criação de espaços controlados e monitorados, como salas de arquivo ou bibliotecas especiais, com acesso limitado apenas a pessoas autorizadas, como pesquisadores, curadores e conservadores treinados. Essas instalações normalmente possuem sistemas de segurança avançados, como câmeras de vigilância, sistemas de alarme e controle de temperatura e umidade, para preservar a integridade das obras.

Além disso, o controle de usuários executa um direcionamento na proteção, envolvendo a implementação de procedimentos rigorosos para solicitação e agendamento de acesso, bem como a supervisão de qualquer manipulação dos materiais por parte dos visitantes. É comum que os pesquisadores tenham que cumprir requisitos específicos e seguir diretrizes estritas ao manusear as obras, incluindo o uso de luvas e outros equipamentos de proteção.

Dessa forma, o acesso e a exibição de obras raras requerem uma abordagem planejada para garantir a preservação. Entretanto, a dificuldade em introduzir elementos de segurança magnéticos ressalta a necessidade de se concentrar em estratégias de controle de acesso e na implementação de protocolos de segurança robustos nos ambientes onde essas peças são mantidas. Ao fazer isso,

podemos proteger e garantir que sua importância cultural e histórica perdure.

As políticas e procedimentos para o acesso e exibição das obras raras e especiais são elementos fundamentais na gestão, incluindo diretrizes que estabeleçam as bases para garantir um equilíbrio entre a preservação das obras, a segurança dos visitantes e a promoção do acesso ao conhecimento.

O acesso e a exibição dessas obras, envolvem desafios especiais devido à natureza sensível e frágil desses itens. Portanto, é necessário implementar políticas e procedimentos que considerem aspectos como conservação, manuseio adequado, segurança, controle de acesso e restrições de uso, de modo a garantir a preservação e a integridade ao mesmo tempo que se proporciona um acesso significativo ao público.

As políticas estabelecidas determinam as condições de acesso, incluindo quem pode acessá-las, os requisitos para solicitação de acesso, a documentação necessária e as restrições de uso, quando aplicáveis. Essas políticas são elaboradas levando em consideração a natureza única das obras, bem como os aspectos legais e éticos envolvidos em sua disponibilização.

Além das políticas de acesso, os procedimentos definem as práticas e as diretrizes específicas para a exibição das obras. Isso inclui a criação de condições ambientais adequadas, a utilização de suportes e materiais de exposição apropriados e o estabelecimento de protocolos de manuseio seguro.

A importância das políticas e procedimentos para o acesso e exibição reside na proteção e na preservação,

garantindo que as obras possam ser apreciadas pelas próximas gerações. Ao estabelecer diretrizes, as instituições que guardam essas obras podem minimizar os riscos de danos físicos causados por manuseio inadequado ou condições ambientais desfavoráveis.

Além disso, as políticas e procedimentos também são essenciais para promover o acesso equitativo e inclusivo às obras raras e especiais. Ao estabelecer critérios e requisitos de acesso transparentes, as instituições podem garantir que pesquisadores, estudantes e o público em geral tenham a oportunidade de explorar e estudar essas peças, desde que observem as medidas de segurança e as restrições necessárias para sua preservação.

Dessa forma, ao definir políticas e procedimentos para o acesso e exibição, deve-se considerar restrições devido à sensibilidade ao manuseio, fragilidade ou requisitos de segurança e com isso determinar quais pesquisadores, estudantes ou visitantes terão permissão para acessar as obras e estabelecer um processo de solicitação e agendamento.

Assim, para garantir o acesso e a exibição adequados das obras raras e especiais, é importante estabelecer políticas e procedimentos claros. Aqui estão algumas diretrizes que podem ajudar nesse processo:

- Acesso controlado: a definição de quem terá acesso às obras raras e especiais e sob quais condições pode incluir pesquisadores, estudantes, acadêmicos, curadores, entre outros. É importante estabelecer requisitos para solicitação de acesso,

como identificação positiva e comprovada documentalmente do usuário, preenchimento de formulários e filiação à unidade de informação, agendamento prévio e verificação de credenciais, quando aplicável;

- Restrições de manuseio: as diretrizes claras para o manuseio seguro das obras raras e especiais pode envolver o uso de EPI, orientações sobre como manusear as obras com cuidado, a presença de um supervisor durante o manuseio, proibição de alimentação, restrição à entrada com objetos pessoais, e restrições específicas para a utilização de equipamentos fotográficos, é determinante;
- Condições de exibição: estabelecer diretrizes para a exibição em exposições, direcionando o mobiliário específico é requerido, como vitrines, nos quais impedido o acesso físico à obra rara exposta. Isso direciona a determinação da duração da exposição, condições ambientais necessárias, iluminação adequada, dispositivos de segurança e suportes apropriados para garantir a proteção e a integridade das obras durante a exibição;
- Documentação de empréstimos: a priori, é totalmente vetado o empréstimo para pessoa física, assim como o empréstimo para instituições, sendo mediado por contratos de cooperação, com responsabilidades de conservação, transporte e prazos de devolução.

Se houver empréstimos de obras raras e especiais para outras instituições ou exposições temporárias, se faz necessário estabelecer procedimentos para documentar e rastrear esses empréstimos. Podendo conter acordos legais, registros de condição pré e pós-empréstimo, transporte seguro e seguros adequados para cobertura em caso de danos. As bibliotecas, museus, arquivos e outras unidades de informação que tenham como objetivo promover o acesso às obras raras e suas informações documentais, necessitam estabelecer formalmente um conjunto de políticas:

- Reprodução: havendo determinação de diretrizes para a reprodução de obras raras e especiais, inclui regras para o uso de imagens das obras em publicações, pesquisas, exposições virtuais ou outros meios. Considerando a necessidade de obter permissões, definir taxas de reprodução e garantir que os direitos autorais sejam respeitados. Deve ser verificado o prazo de duração dos direitos autorais e a questão do domínio público, que ocorre 70 anos após a morte do autor;
- Pesquisa e consulta: se torna necessário estabelecer procedimentos para atender às solicitações de pesquisa e consulta. Definindo prazos para responder às consultas, formas de comunicação (por e-mail, telefone e/ou presencialmente) e possíveis taxas associadas, se aplicável;
- Programas educacionais e eventos: considerando a realização de programas educacionais e eventos

incluindo visitas guiadas, palestras, workshops ou outros eventos que permitam ao público uma maior compreensão e apreciação das obras;

- **Segurança e monitoramento:** estabelecendo medidas de segurança adequadas para proteger as obras raras, inserindo sistemas de segurança física, controle de acesso, monitoramento por câmeras e registros de inventário regular.

Portanto, as políticas e procedimentos devem ser revisados periodicamente para garantir que estejam atualizados e alinhados com as necessidades e objetivos da instituição.

Regulamentos e Acesso às Obras Raras e Especiais

O regulamento, voltado ao desenvolvimento de coleções de uma biblioteca ou outra unidade de informação que mantêm acervos de obras raras, precisa trabalhar em regime diferenciado do acervo comum, não havendo possibilidade de reposição. Sendo assim, não é possível que o documento esteja disponível em acesso aberto ou seja franqueado sua circulação (empréstimo ou cessão).

Isto posto, este regulamento deve ser diferente das situações normais, nas quais os dirigentes das bibliotecas ou instituições congêneres desejam que as pessoas tenham um contato direto com as obras. O contato deverá sempre ser

mediado e o acesso controlado, como já foi anteriormente explicado, o uso de EPI é uma necessidade, sendo que não é rara a contaminação de pesquisadores por patógenos presentes em obras raras.

A conservação da obra rara implica em restrição de manuseio e, principalmente, a necessidade de mãos experientes tocarem nos livros. O acesso físico, pelas razões expostas, é totalmente vetado para crianças, sendo a regra básica do regulamento.

Caso a biblioteca não tenha condições de controlar o uso das obras raras, o mais indicado é que os materiais sejam doados ou realocados para outras unidades de informação, nas quais a gestão seja possível. Não adianta manter uma obra rara trancada num armário, para que ela se deteriore sem cumprir seu potencial de informação e conhecimento.

A formalização das diretrizes de acesso por meio de regulamentos é um componente essencial na gestão de obras raras e especiais. Esses regulamentos estabelecem um conjunto de regras e procedimentos que orientam e governam o acesso, uso e preservação, garantindo a sua segurança, integridade e acesso adequado a pesquisadores, estudantes e público em geral.

Então, o regulamento como formalização das diretrizes de acesso tem o objetivo de fornecer uma estrutura clara e transparente para o acesso às obras raras e especiais. Ele estabelece os critérios para a solicitação de acesso, a documentação necessária, os procedimentos para consulta e manuseio seguro, bem como quaisquer restrições específicas

aplicáveis a determinadas obras.

Além disso, o regulamento também promove a igualdade de acesso, assegurando que pesquisadores, estudantes e o público em geral tenham oportunidades justas e equitativas para explorar e estudar as obras. Ao estabelecer critérios transparentes e requisitos claros para o acesso, o regulamento garante que o acesso seja concedido de forma imparcial e baseado em critérios objetivos.

Outro aspecto importante do regulamento é a proteção dos direitos autorais e propriedade intelectual. Então, ao definir as diretrizes de acesso e uso, o regulamento estabelece restrições adequadas para garantir o cumprimento das leis de direitos autorais e proteger os direitos dos criadores e detentores das obras.

Dessa forma, a formalização das diretrizes de acesso por meio de um regulamento é fundamental para a gestão adequada e fornece uma estrutura eficiente que equilibra a preservação, o acesso e o uso. Assim, ao estabelecer critérios, procedimentos e restrições, o regulamento promove a proteção das obras, a igualdade de acesso e a conformidade com as leis de direitos autorais, contribuindo para a preservação e valorização. Para isso:

- A definição de políticas de acesso precisam ser estabelecidas claramente sobre quem pode ter acesso às obras raras e especiais. Considerando se o acesso será restrito a pesquisadores, acadêmicos, estudantes ou se também será aberto ao público em geral. Determinando os requisitos para solicitar

o acesso, como preenchimento de formulários, agendamento prévio ou comprovação de propósito de pesquisa;

- O estabelecimento de horários e condições de acesso, se faz necessário definir quanto ao funcionamento e as condições específicas para o acesso às obras raras e especiais. Essas diretrizes, também, determinam se a entrada será permitida apenas durante o horário regular da instituição ou se serão feitos agendamentos especiais. Considerando também a duração permitida para cada sessão de pesquisa e quaisquer requisitos adicionais, como uso de luvas ou supervisão de um bibliotecário ou curador;
- Os requisitos de identificação e registro são aplicados aos usuários que desejam acessar as obras raras e especiais. Isso pode incluir a solicitação de documentos de identidade, preenchimento de formulários de registro ou assinatura de acordos de responsabilidade. Certificando de informar aos usuários sobre a finalidade desses requisitos e como suas informações pessoais serão protegidas;
- Os procedimentos são definidos informando aos usuários, quando solicitarem obras raras para consulta. Isso pode incluir a definição de prazos para solicitação, formas de comunicação (por e-mail, telefone, formulário online, dentre outros) e orientações sobre quais informações devem ser fornecidas ao fazer uma solicitação. Considerando, também, o número máximo

de obras que podem ser solicitadas de uma vez e o tempo de espera entre as consultas;

- O fornecimento de orientação e supervisão adequadas, esclarecendo aos usuários as condições estabelecidas, durante o acesso e pesquisa das obras. Dessa forma, ao designar pessoal capacitado para auxiliar os usuários na identificação, manuseio e cuidados adequados com as obras, logo, certificar se a equipe está bem informada sobre as políticas e procedimentos de acesso e pesquisa;
- O direcionamento de restrições precisa ser objetivo ao uso e reprodução das obras com informações aos usuários quais são as limitações de direitos autorais, reprodução de imagens, citações e outros usos das obras. Fornecendo orientações sobre como solicitar permissão para reprodução e quais são as taxas associadas, se aplicável;
- Para facilitar a pesquisa das obras é importante a disponibilização dos equipamentos e ferramentas necessários. Isso pode incluir mesas de pesquisa adequadas, lupas, equipamentos de digitalização ou acesso a bancos de dados online, havendo certificação de que a infraestrutura tecnológica esteja atualizada e que os usuários recebam a devida orientação sobre seu uso.

Fontes e Recursos Informacionais de Obras Raras e Especiais

O acervo de obras raras e coleções especiais oferece uma variedade de fontes de recursos informacionais que podem atender às necessidades de diferentes tipos de usuários e pesquisas. Esses recursos vão além das próprias obras físicas e abrangem uma gama de materiais e serviços que enriquecem a experiência de pesquisa e estudo.

Para pesquisadores acadêmicos, este tipo de acervo pode fornecer acesso a fontes primárias únicas e exclusivas. Essas fontes podem incluir variadas informações e oferecem esclarecimento inestimáveis sobre períodos históricos específicos, movimentos artísticos, desenvolvimento científico, cultura e muito mais.

Além disso, o acervo de obras pode disponibilizar recursos complementares, que caracterizamos como fontes secundárias e terciárias: catálogos, bibliografias, guias de referência e publicações especializadas. Esses recursos informacionais auxiliam os pesquisadores na contextualização das obras, na compreensão do seu significado histórico e cultural, bem como na identificação de outros materiais relevantes para suas pesquisas.

Os usuários e pesquisadores também podem se beneficiar dos recursos informacionais fornecidos pelo acervo, em forma de produtos e serviços informacionais, como: consulta aos originais; consulta às obras digitalizadas, com

recursos de interoperabilidade de texto por Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR); pesquisa de conteúdo pós-coordenada, por meio de operações booleanas; Assim, o agendamento, com a equipe multidisciplinar, para dirimir dúvidas quanto a estrutura e organização do conhecimento nas obras raras e coleções especiais.

As obras em condição de raridade ou especialidade podem ser utilizadas como material de estudo, proporcionando uma experiência de aprendizado única e enriquecedora. Os estudantes têm a oportunidade de explorar materiais inéditos e diversos, desenvolvendo habilidades de análise crítica, pesquisa e interpretação, o que contribui para sua formação acadêmica e desenvolvimento intelectual. Porém, o acesso direto aos originais, por questão de conservação, deve ser limitado aos pesquisadores formais e vinculados às instituições de ensino e pesquisa, em nível superior. Por isso, é conveniente a digitalização, como estratégia de acessibilidade para este segmento dos usuários.

Outro grupo de usuários que pode se beneficiar dos recursos informacionais do acervo de obras raras são os entusiastas da história, da arte, da literatura e da cultura em geral. Essas pessoas podem explorar o acervo em busca de conhecimento, apreciação estética e inspiração. Os recursos informacionais disponíveis, como catálogos ilustrados, livros sobre a história das obras e exposições virtuais, permitem que esses usuários tenham acesso a informações detalhadas e visualmente atraentes sobre as obras raras.

Os recursos informacionais prestados pelo acervo

de obras raras são essenciais para enriquecer a pesquisa, o estudo e a apreciação das obras. Eles oferecem acesso a informações únicas, ampliando as possibilidades de exploração, aprendizado e, independentemente do tipo de usuário, pesquisadores acadêmicos, estudantes ou entusiastas, esses recursos informacionais podem proporcionar uma experiência enriquecedora, promovendo a compreensão e melhor conhecimento informacional.

Divulgação, Valorização e Marketing

Os serviços de divulgação, valorização e marketing dos acervos de obras raras e coleções especiais caracterizam aspectos fundamentais na promoção e na apreciação dessas coleções. Esses serviços têm como objetivo principal compartilhar o conhecimento e despertar o interesse do público, aumentando a visibilidade e a compreensão sobre a importância desses materiais.

Dessa forma, a divulgação dos acervos de obras raras e coleções especiais ocorre por meio de diversas estratégias, como exposições físicas ou virtuais, eventos, palestras, workshops e publicações. Essas iniciativas permitem que o público tenha acesso direto, possibilitando uma experiência enriquecedora e imersiva. Além disso, a divulgação também pode ocorrer por meio de canais digitais, como websites, mídias sociais e plataformas de compartilhamento de conteúdo, alcançando um público mais amplo e diversificado.

A valorização é uma parte essencial do trabalho de divulgação, pois envolve destacar a singularidade, a relevância histórica e cultural, bem como a raridade das obras presentes no acervo. Isso é feito por meio de informações detalhadas sobre as obras, sua proveniência, seu valor histórico e sua contribuição para o conhecimento em determinadas áreas. A valorização também pode incluir ações de restauração, conservação e preservação das obras, garantindo a sua longevidade e integridade.

Com base na teoria dos “4 Ps” (Produto, Preço, Praça e Promoção) do marketing, é possível caracterizar e criar estratégias de divulgação coerentes com a missão institucional da biblioteca ou unidade de informação, assim como disseminar da melhor forma os produtos e serviços prestados.

O “Produto” ofertado pelos acervos de obras raras é o recurso informacional exclusivo, propiciado pela experiência de contato com a fonte rara, ou com os recursos e serviços informacionais que são viabilizados na Biblioteca. O “Preço” se caracteriza pelo valor agregado de acesso à informação, o que normalmente significa a contrapartida de verbas de impostos, fomentos e outros recolhimentos que o ambiente informacional recebe para sua sustentabilidade, por meio das políticas públicas ou institucionais. A “Praça” se constitui no conjunto de usuários potenciais ou reais das fontes e recursos informacionais disponibilizados, o que na atualidade pode ser verificado em escala global, devido ao advento da internet. A “Promoção”, que vai trabalhar a questão do pertencimento, despertará o interesse do usuário potencial e encontrará caminhos para disseminar e oferecer produtos e serviços

que não coloquem em risco a preservação, integridade e segurança das obras raras.

O marketing dos acervos de obras raras e especiais envolve estratégias voltadas para a promoção desses materiais junto a públicos específicos. Essas estratégias podem incluir parcerias com instituições culturais, editoras, universidades e indivíduos que apresentem algum nível de interesse relevante. O objetivo é estabelecer colaborações que ampliem o alcance dos acervos, promovam exposições itinerantes, publiquem catálogos especializados, realizem eventos temáticos e desenvolvam programas educacionais. O marketing também pode incluir ações de comunicação eficazes, como assessoria de imprensa, publicidade e criação de materiais promocionais atrativos.

A importância dos serviços de divulgação, valorização e marketing desses acervos reside na necessidade de compartilhar esses produtos culturais com o maior número possível de pessoas. Essas ações promovem o acesso ao conhecimento contido nas obras, estimulam o interesse pelo patrimônio cultural e contribuem para a valorização e preservação desses acervos. Dessa forma, ao tornar as obras raras e especiais mais conhecidas e apreciadas, esses serviços contribuem na perpetuação e no legado para os próximos pesquisadores.

Nesse sentido, é conveniente que as ações de divulgação e valorização estejam incorporadas ao plano de gestão estratégica, assim como o plano de marketing da unidade de informação. Desenvolver, assim, estratégias eficazes

para promover e divulgar esses materiais é fundamental para aumentar o conhecimento e o interesse do público, incluindo exposições especiais, publicações, programas educacionais, parcerias com outras instituições e presença online.

Aqui estão algumas diretrizes para essa etapa:

- Catálogos e publicações: a produção de catálogos e publicações que apresentem as obras raras e especiais de forma detalhada, podem incluir ensaios, descrições detalhadas das obras, imagens de alta qualidade e informações sobre o contexto histórico e cultural. Distribuindo essas publicações em ambientes de museus, bibliotecas especializadas e disponibilizando-as para compra online;
- Programas educacionais: o desenvolvimento de programas educacionais relacionados às obras raras e especiais, como palestras, visitas guiadas, workshops e cursos, são programas que podem ser direcionados a estudantes, pesquisadores, acadêmicos ou ao público em geral, fornecendo oportunidades de aprendizado e interação com as obras;
- Parcerias e colaborações: o estabelecimento de parcerias com outras instituições culturais, bibliotecas, universidades ou organizações relevantes para promover conjuntamente as obras raras, pode envolver empréstimos para exposições itinerantes, colaboração em projetos de pesquisa ou compartilhamento de recursos e conhecimentos;
- Mídias sociais e marketing digital: a utilização de

mídias sociais e estratégias de marketing digital para promover as obras raras e especiais, pode vir a criar conteúdo envolvente, compartilhando imagens, histórias interessantes e curiosidades relacionadas às obras, assim, interagindo com o público, respondendo a perguntas e criando uma comunidade online em torno das obras;

- Eventos especiais e inaugurações: a organização de eventos especiais, como inaugurações de exposições, palestras, mesas-redondas ou eventos exclusivos para membros e doadores, ajuda a gerar entusiasmo em torno das obras raras e especiais e permite que o público se envolva de maneira mais significativa;
- Parcerias com a mídia: o direcionamento de parcerias com veículos de comunicação, como jornais, revistas especializadas ou programas de televisão, para divulgar esse tipo de acervo por meio de reportagens, entrevistas ou cobertura especializada, ajuda a alcançar um público mais amplo e diversificado.

As ações culturais devem ser desenvolvidas, garantindo que todas as estratégias estejam alinhadas com os objetivos curatoriais institucionais, considerando as necessidades e interesses, por meio da prévia implantação da política e dos regulamentos.

Assim, estabelecendo uma experiência tradicional, que tem se inovado por meio dos recursos das Tecnologias da

Informação e Comunicação (TIC), contribuindo com exposição das obras raras, desempenhando uma ação de experiência de contato direto com os originais ou edições fac-similares de obras raras e especiais, assim como da materialidade dos instrumentos de sua impressão. Dessa forma, se institui como fonte, recurso informacional, vivência cultural e produto de marketing institucional com exposições que têm como objetivos distintos e caráter informativo e, também, a preocupação com o lazer cultural e a familiarização com a memória e cultura letrada. Podendo ser assim caracterizadas:

- Exposições temporárias: normalmente as temáticas são aquelas com duração de tempo pré-determinada, vinculadas à uma campanha de promoção com tema específico. Elas servem como oportunidades para viabilizar campanhas educativas, sensibilização, pertencimento e estímulo à frequência. São dispendiosas, pois precisam proteger a integridade material das obras raras, assim como de mobiliários e equipamentos expostos;
- Exposições permanentes: podem ser individuais, referentes a um mesmo autor, coleção ou setor, sendo projetadas para criar as melhores produções de conservação das obras raras, assim como ter cuidados especiais com a segurança. Para isso, nas bibliotecas se tem adotado o uso de vitrines trancadas, que exibem a obra rara sem que permitam o toque direto ou a contaminação pelos elementos do ambiente. A luz do local deve ser controlada, assim como as demais condições ambientais;

- Exposições virtuais: os ambientes virtuais podem oferecer experiências únicas de acesso às obras raras e coleções especiais. As possibilidades vão desde o folhear de obras digitalizadas até a visitação aos ambientes biblioteconômicos digitais complexos, nos quais pode ser reproduzida em parte a experiência da manipulação das obras raras. Estas, certamente, são as exposições mais dispendiosas, por necessitar de recursos digitais de digitalização, configuração imagética, hospedagem em servidor próprio, acessibilidade garantida por serviços de internet com velocidade e amplitude adequadas à transmissão de recursos audiovisuais.

Para planejar exposições e programas especiais para divulgar, segue sugestão:

- Definição no objetivo da exposição: determinação do propósito da exposição e, dessa forma, promovendo a coleção de obras raras e especiais colocando em destaque um tema específico para educação ou celebração com um evento ou aniversário especial, tendo em mente o público-alvo, pensando, assim, em como a exposição pode ser relevante para eles;
- Escolha do tema e a seleção das obras: a seleção de um tema relevante que será exposto, identifica quais obras serão incluídas na exposição com base em sua importância histórica, estética ou temática. Considerando também a diversidade de formatos,

- como livros, manuscritos, mapas, fotografias ou outros tipos de obras;
- Planejamento do layout e design da exposição: a determinação do layout físico da exposição, considera a disposição das obras, a organização das áreas de exibição, os materiais de suporte visual e textual, a iluminação adequada e a acessibilidade para o público. Assim, direciona em como criar uma experiência envolvente e informativa para os visitantes;
 - Desenvolvimento de textos explicativos e legendas: criar textos explicativos e legendas concisas para acompanhar cada obra exposta, seguindo uma proposta de fornecer informações relevantes, como contexto histórico, detalhes técnicos, importância cultural ou curiosidades relacionadas à obra com linguagem acessível ao público em geral;
 - Criação de recursos multimídia e interativos: explorar formas de criar uma experiência interativa para os visitantes, com vídeos, áudios ou dispositivos interativos, podendo incluir entrevistas com especialistas, demonstrações de técnicas de conservação ou reproduções digitais das obras para uma visualização mais detalhada;
 - Promoção de exposição: desenvolvimento de estratégias de marketing para promover a exposição, utilizando canais de comunicação como mídias sociais, site da instituição, convites impressos,

imprensa local e parcerias com outras organizações culturais, considerando a realização de eventos de abertura, palestras ou workshops relacionados à exposição;

- Medidas de segurança: para garantir a segurança das obras raras e especiais durante a exposição, se faz necessário a implementação de sistemas de segurança adequados, como vigilância por vídeo, alarmes ou a presença de seguranças. Nesse sentido, considera-se também a instalação de barreiras físicas para evitar toque direto ou danos acidentais às obras expostas;
- Planejamento de programas educacionais: desenvolvimento de programas educacionais relacionados à exposição, como visitas guiadas, workshops, palestras ou atividades interativas, ajuda a aprofundar o entendimento das obras expostas, oferecer inspiração sobre a sua importância histórica ou estimular a criatividade dos visitantes;
- Avaliação e análise da exposição: realização de uma avaliação da exposição para medir seu impacto e eficácia, seguindo na coleta de feedback dos visitantes, análise de dados de participação e avaliação se os objetivos estabelecidos foram alcançados. A utilização dessas informações podem ser benéficas para fazer ajustes e melhorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os temas exploradores, que abrangem desde a definição, a preservação e divulgação até as obras raras e coleções especiais, refletem a complexidade e a importância de preservar e compartilhar o patrimônio cultural que representa. Na dimensão de acervos de obras raras e especiais, a definição de “raro” e “especial” no contexto das diferentes disciplinas e instituições culturais, compreende que a curadoria desempenha uma função fundamental nesse cenário, com objetivos esclarecedores e um escopo bem definido para orientar as atividades de avaliação, seleção, aquisição e priorização das obras a serem construídas ao acervo.

Dessa forma, a importância da procedência das obras, sua preservação e, quando necessário, seu restauro, foram incorporados como elementos essenciais para garantir a integridade e permanência desses bens culturais. A gestão de duplicatas também emergiu como um desafio a ser equilibrado, garantindo que a diversidade e a singularidade do acervo sejam preservadas.

Assim, a organização física e informacional do acervo revelou-se um processo intrincado, que envolve uma identificação precisa das obras, a criação de representações temáticas, descritivas e indexação meticulosa para permitir a recuperação eficaz das informações. Nesse sentido, os documentos e o monitoramento constante são elementos resistentes para manter o estado do acervo e tomar decisões controladas necessárias.

Contudo, a era digital trouxe consigo procedimentos de digitalização, expandindo o alcance das obras raras

e especiais a um público global. No entanto, isso também levanta questões sobre o acesso e a exibição dessas obras, um equilíbrio entre a preservação e a acessibilidade.

O regulamento de acesso se apresenta como uma ferramenta para equilibrar a proteção das obras com a promoção do conhecimento. Ao mesmo tempo, a divulgação, a valorização e o marketing tem o funcionamento na sensibilização da sociedade sobre a importância cultural e histórica desse tipo de acervo.

É de extrema importância o entendimento profundo sobre como cada aspecto desses temas se entrelaçam ao criar um documento para compartilhar a respeito dessa tipologia documental. Com o intuito de explorar, apreciar e contribuir para a preservação e promoção das obras raras, enriquecendo assim o conhecimento com informações do passado.

Sendo assim, a interseção entre patrimônio cultural e tecnologia também destaca a necessidade de políticas institucionais bem definidas para a digitalização e o acesso remoto aos acervos. A definição de diretrizes mais precisas sobre direitos autorais, uso de metadados padronizados e adoção de repositórios digitais confiáveis são aspectos que demandam uma abordagem estratégica. Além disso, a preservação digital impõe desafios técnicos e éticos, exigindo que instituições se preparem para garantir a longevidade desses registros digitais sem comprometer a integridade dos originais físicos.

O papel das bibliotecas e centros de documentação na mediação entre o público e os acervos de obras raras não pode

ser subestimado, pois, além de funcionarem como repositórios desses itens, são responsáveis por desenvolver ações educativas e promover pesquisas que incentivem a apropriação social desse conhecimento. Dessa forma, programas de curadoria participativa, exposições temáticas e parcerias acadêmicas tornam-se estratégias eficazes para ampliar a visibilidade desses acervos, garantindo que não sejam apenas preservados, mas também constantemente reinterpretados e ressignificados à luz das necessidades contemporâneas.

Por fim, a relevância das obras raras e especiais transcende seu valor histórico e bibliográfico, estendendo-se para o campo da identidade cultural e da construção da memória coletiva. O estudo desses acervos permite compreender os processos de produção, circulação e recepção do conhecimento ao longo do tempo, fornecendo subsídios para investigações interdisciplinares que vão desde a história do livro até a análise das dinâmicas socioculturais que moldaram diferentes épocas. Assim, preservar e difundir esses acervos não é apenas um dever institucional, mas um compromisso com a perpetuação da herança intelectual da humanidade.

REFERÊNCIAS

ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES (ACCR). **Código de catalogação anglo-americano**. 2. ed., rev. Tradução da FEBAB. São Paulo: FEBAB, 2004. Disponível em: https://biblioteconomiasemcensura.files.wordpress.com/2013/05/aacr2_completo1.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Descriptive cataloging of rare materials**. Washington: Library of Congress, 2007. Disponível em: <http://rbms.info/files/dcrm/dcrmb/DCRMB3.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/download/35111390/GESTAO_DOCUMENTAL_APLICA_DA_Ieda.pdf. Acesso em: 16 maio 2021.

BIBLIOTECA PÚBLICA EPIFÂNIO DÓRIA. Quem somos? **Blog no WordPress.com**: Aracaju. 2011. Disponível em: <https://grupoepifaniadoria.wordpress.com/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.278, de 18 de março de 2020**. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012. Brasília: Presidência da República, [2012]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.278-de-18-de-marco-de-2020-248810105>. Acesso em:

10 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

CARTER, Karin Kreismann. O livro raro e os critérios de raridade. **Revista Museu:** cultura levada a sério, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=5484. Acesso em: 1 maio 2022.

CASAL, Celvi Derbi. Bibliotecas, cultura e ação cultural. In: SILVA, Fabiano Couto Corrêa da (org.). **O perfil das novas competências na atuação bibliotecária.** Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

CUNHA, Paula Alexandra Abreu de Menezes. **A pessoa excepcional do Algarve:** estudo de caso da instituição APEXA. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Social) – Universidade do Algarve, Educação Social, Escola Superior de Educação e Comunicação, Portugal, 2011. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/3039>. Acesso em: 25 out. 2021.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento**

empresarial. Tradução de Lenke Peres. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FERRELL, O. C. et al. **Estratégia de Marketing.** São Paulo: Atlas, 2000.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR). **GOV.BR:** Serviços e Informações do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-apoio-tecnico-para-tratamento-de-acervos-raros>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FUNDAÇÃO CENTRO INTEGRADO DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA (FUNAD). Número de pesquisadores no Brasil chega a quase 200 mil. **Governo da Paraíba,** 2017. Disponível em: <https://funad.pb.gov.br/fapesq/noticias/numero-de-pesquisadores-no-brasil-chega-a-quase-200-mil>. Acesso em: 10 maio 2021.

GAUZ, Valéria. **Considerações sobre o uso do catálogo de obras raras na Biblioteca Nacional:** subsídios para viabilizar a automação do catálogo principal e otimizar o atendimento ao público local e a outras bibliotecas. 1990. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ciência da Informação, 1990.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Rio Grande do Sul: Plageder, 2009.

GREENHALGH, Raphael Diego; MANINI, Miriam Paula. **Análise bibliológica: ferramenta de segurança em coleções**

de livros raros. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S.l.], v. 20, n. 42, p. 17-29, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14738258003.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Panorama Aracaju. **IBGE**, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>. Acesso em: 10 maio 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. **IBGE**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se.html>. Acesso em: 10 maio 2021.

JOUDREY, Daniel N.; TAYLOR, Arlene G.; WISSER, Katherine M. **The organization of information**. 4. ed. Califórnia: Libraries Unlimi- ted, 2018.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/32093621/maciel-e-mendonca-bibliotecas-como-organizacoes-ok>. Acesso em: 25 out. 2021.

MAZUCATO, Thiago. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. Disponível em: <http://funepe.edu.br/arquivos/publicacoes/metodologia-pesquisa-trabalho-cientifico.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MESSINA-RAMOS, Maria Angélica Ferraz; LOPES, Marlene

de Fátima; SANTOS, Maria Helena. **Manual para entrada de dados bibliográficos em formato MARC21: ênfase em obras raras e especiais**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em: [https:// www.bu.ufmg.br/boletim/Manual_Obras%20Raras_Completo_Versao%20Publicada.pdf](https://www.bu.ufmg.br/boletim/Manual_Obras%20Raras_Completo_Versao%20Publicada.pdf) . Acesso em: 23 jul. 2022.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. 5. ed. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2018.

NASCIMENTO, Larissa Coimbra do; PRADO, José Arivaldo Moreira. A gestão documental e a preservação do patrimônio documental no instituto Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão. **Revista Expressão Científica (REC)**, Aracaju, v.3 n.1, p.23-33, 2018. Disponível em [https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/ REC/article/view/308](https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/REC/article/view/308). Acesso: 30 jul. 2022.

OLIVEIRA, Cynthia; ALMEIDA, Rodrigo; SILVA, Wilma. Análise do processo de formação e desenvolvimento de coleção do acervo da biblioteca do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. In: XLI ENEBD. 41, 2018. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https:// app.uff.br/riuff/handle/1/14173](https://app.uff.br/riuff/handle/1/14173). Acesso em: 15 maio 2021.

OLIVEIRA, Tanuza. Reforma da Epifanio Dória garante sobrevida as bibliotecas na era digital. **JL Política**, 2019. Disponível em: <https://jlpolitica.com.br/reportagem-especial/reforma-da-epifanio-doria-garante-sobrevida-as-bibliotecas-na-era-digital>. Acesso em: 10 maio 2021.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. **O conceito de memória na ciência da informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2010.

PINHEIRO, Ana Virgínia T. P. **O que é livro Raro?** uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença Edições; Brasília: INL, 1989.

PRADO, José Arivaldo Moreira. **Identificação de critérios para avaliação de obras raras e especiais**: Biblioteca Pública Epifânio Dória. 2021. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

REIFSCHNEIDER, Oto Dias Becker. A importância do acesso às obras raras. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 24, n. 2, p. 76-67, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70651>. Acesso em: 11 maio 2021.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANT'ANA, Wallace Pereira; LEMOS, Glen Cézar. Metodologia Científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 4, n. 12, p. 531-541, 2018. Disponível em:

<http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2870>. Acesso em: 10 maio 2021.

SANTOS, Gilfrancisco dos. **A biblioteca provincial de Sergipe**. Aracaju: Diário Oficial de Sergipe - EDISE, 2019. Disponível em: https://www.google.com/search?q=biblioteca+provincial+de+sergie&rlz=1C1JZAP_pt. Acesso em 24 ago. 2022.

SHITSUKA, Ricardo; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; BRITO, Max Leandro. Contribuição das redes sociais na melhoria do aprendizado: um estudo de pesquisa-ação. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 11, p. 77-87, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3260>. Acesso em: 10 maio 2022.

SILVEIRA, Henrique. SWOT. In: TARAPANOFF, Kira (org.). **Inteligência Organizacional e Competitiva**. Brasília. Ed. UNB, 2001.

SOUZA, Cesar Roberto Gonçalves de. **Conceitos e critérios para avaliação de obras raras da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**. 2014. 34 f. Monografia (graduação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8624/1/2014_CesarRobertoGoncalvesdeSouza.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

TENÓRIO, Luana Calcete Vaz; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Análise dos conceitos sobre gestão do conhecimento

no âmbito da ciência da informação e biblioteconomia. In: Seminário Em Ciência Da Informação, 6, 2016, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2016. Disponível em: [http:// www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/ viewFile/302/154](http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/302/154). Acesso em: 24 dez. 2022.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento em ambientes organizacionais. **Tendências da Pesquisa Braileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: [https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_ ea77bd91aa_0007779.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_ea77bd91aa_0007779.pdf). Acesso em: 11 maio 2022.

Mergulhe no universo da preservação de acervos raros com o "Manual de Curadoria de Coleções Especiais e Obras Raras". Utilizando a Biblioteca Pública Estadual Epiphany Dória (BPED) do Estado de Sergipe como campo empírico, para compor a dissertação de Mestrado na Gestão da Informação e do Conhecimento, a obra explora seu vasto acervo e a importância de sua preservação. Fundada em 1848, sendo uma das bibliotecas mais antigas do Brasil, desempenha um papel fundamental na disseminação da leitura pública e na conservação da memória cultural sergipana.

O livro inicia com uma narrativa sobre a história e evolução da BPED, cujo acervo abriga valiosas obras literárias dos séculos XVII e XVIII, além de coleções particulares de renomados escritores sergipanos. Quais foram os principais desafios e conquistas dessa instituição centenária? Descubra como a BPED se tornou um centro de referência no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Sergipe.

A obra detalha a organização da informação e a gestão do acervo de obras raras. Metodologias e técnicas de catalogação, preservação física, dimensão do acervo, digitalização e acesso são discutidas em profundidade, cada item é contextualizado historicamente e culturalmente.

A experiência é apresentada como um estudo de caso, ilustrando práticas e desafios na gestão de acervos raros. Como garantir o acesso e a conservação a longo prazo dessas obras? Quais são os segredos por trás das práticas de curadoria de acervos raros e coleções especiais? O que torna cada item do acervo tão especial? Como essas ações contribuem para a pesquisa histórica e cultural e fomentam o interesse pelas obras raras? Quais são os impactos dessas iniciativas na comunidade?

Prepare-se para ser envolvido em preservar nossa herança cultural, sentindo-se inspirado a valorizar ainda mais as preciosidades literárias que nos conectam ao passado.